

**TRADUÇÃO LEIGA:** Bedford, P. R. – “The neo-Assyrian empire”. In: Morris, I. & Scheidel, W. (eds.) – *The dynamics of ancient empires. State power from Assyria to Bizantium*. Oxford: Oxford University Press, 2009 (p. 30-65).

## 2

### O Império Neo-Assírio

#### 1. Introdução

O Império Neo-Assírio (daqui em diante NA) é o nome dado a um “corpo político” (tradução livre, original: *polity*) sediado no alto Rio Tigre, que em seu apogeu no sétimo século AEC controlou territórios que iam desde as montanhas de Zagros, no leste, até o Levante (Sírio-Palestina) e boa parte do Egito, no oeste, e desde o Golfo Pérsico, no sul, até a nascente do Tigre e do Eufrates na Anatólia sudeste, ao norte. Foi o maior corpo político do oeste asiático até aquele momento. O período NA é tecnicamente uma designação linguística, denotando o terceiro e último período do dialeto assírio do acadiano (período Velho Assírio c.2000-c.1800 AEC; Médio Assírio c.1400-c.1050 AEC), apesar desse período também ser coincidente com o império em que os textos foram produzidos. Enquanto datas de fundação do império são tema de debate, é em geral aceito que o império existiu desde o décimo século tardio até o sétimo século tardio (c.934 – c.605 AEC), mais de trezentos anos. Dessa forma foi o império mais longo visto até então na região. Existiu um Império Assírio menor por parte do período Médio Assírio (daqui em diante MA) que se estendeu através do nordeste da Mesopotâmia (atualmente norte do Iraque, nordeste da Síria e sudeste da Turquia) e serviu de base para o Império NA. Antes disso, os impérios mesopotâmicos eram centrados no sul (Babilônia) e, mesmo que se estendendo pelo norte seguindo o vale do Eufrates, eram muito mais modestos em alcance territorial. Os mais bem conhecidos desses impérios do sul foram os fundados por Sargão de Acádia (c.2340-c.2159 AEC)<sup>1</sup> e Hammurabi da Babilônia (ele do famoso “código de leis”; 1863-1712 AEC [cronologia média]). Ao que tudo indica esses

---

<sup>1</sup> Liverani 1993.

“impérios” do terceiro, e do segundo, milênio eram bastante diferentes em suas formas de manutenção e integração política daquilo que observamos no Império NA.

Com o império tendo durado por volta de trezentos anos, é possível identificar mudanças em suas características, não só em sua extensão geográfica, mas também em sua organização e modos de dominação política e exploração econômica. Este capítulo apresenta uma descrição de aspectos dessas mudanças em função de um panorama histórico do período. Fazendo isso, ele procura elucidar, com variado grau de sucesso, algumas questões que devem se mostrar úteis para o estudo comparativo de impérios: como o império surgiu? Como foi feita sua manutenção e expansão? Como ele acabou? Como foi governado? Dadas as limitações espaciais e a natureza das fontes disponíveis, é possível providenciar aqui uma consideração mais aprofundada de duas áreas relacionadas a segunda e a quarta questão, mais precisamente princípios e crenças que atribuíam legitimidade e identidade tanto ao governante, quanto aos governados, e mecanismos de controle imperial, incluindo a classificação de regiões do império em diferentes categorias. O Império NA é significativo não só pelas novas e distintas maneiras pelas quais ele justificou e tentou integrar o império. Ele também transmitiu modos de organização imperial e legitimação para os nascentes impérios Neo-Babilônico e Persa Aquemênida. Antes de nos voltarmos para o delineamento histórico do Império NA, porém, o capítulo brevemente abordará as fontes disponíveis para estudo do império e os tipos de questões que podem ser investigadas, e brevemente introduzirá certos aspectos da cultura e da sociedade NA.

## 2. Orientação e Pano de fundo

Várias categorias de evidências estão disponíveis para o estudo do Império NA. Fontes escritas incluem textos cronológicos, como listas de reis, crônicas, e “listas de epônimos (nomes de ano extraídos de nomes de oficiais)”<sup>2</sup> (tradução livre, original: *eponym lists (year-names taken from the names of officials)*), e inscrições reais, como anais, inscrições de afresco, inscrições votivas, e “cartas ao deus” (registros de campanhas militares).<sup>3</sup> Como estes textos são primariamente textos comemorativos reais, eles se

---

<sup>2</sup> Grayson 1975; Millard 1994.

<sup>3</sup> Por exemplo, Streck 1916; Luckenbill 1926-27; Borger 1956; Grayson 1991b; 1996; Tadmor 1994. Para um panorama veja Grayson 1980.

provaram fontes úteis para o estudo de ideologia real e das justificativas ideológicas para o imperialismo assírio. Eles também contam com importantes dados a respeito da geografia política do império, tipos e quantias de tributo e saque obtidos, cronologia de reinados, e história política. Estes tipos de texto cobrem todo o período, mas não com uniforme profundidade. Mais inscrições, por exemplo, foram produzidas nos períodos de ascensão assíria (nos períodos 1a, 1b, 2ª, e 2b, no panorama histórico providenciado mais à frente no capítulo). Inscrições oficiais incluem textos escritos pelos governadores NA em suas províncias<sup>4</sup> e outros escritos por casas governantes locais que foram conservadas no poder pelos assírios, como evidenciam os textos neo-hititas, arameus e fenícios da Sírio-Palestina.<sup>5</sup> Como mostra a inscrição de Tell Fekherye (norte da Mesopotâmia)<sup>6</sup>, esses dois tipos não eram categorias mutuamente exclusivas, uma vez que líderes locais podiam se apresentar como governadores, assim como monarquias locais (nessa estela bilingue o governante local é identificado como “Governador” no texto acadiano e como “Rei” no texto aramaico). Inscrições reais eram compostas por reis babilônicos independentes.<sup>7</sup>

Juramentos de lealdade e tratados são os juramentos proferidos por “reis submetidos” (tradução livre, original: *client kings*) e também por oficiais assírios.<sup>8</sup> Provavelmente também fazem parte os tratados aramaicos de Sifre, que alguns acreditam terem sido estabelecidos entre um governador provincial assírio e um rei submetido.<sup>9</sup> Textos administrativos tratam do palácio e do templo, com administração provincial e militar. Administração muitas vezes incluía assuntos econômicos.<sup>10</sup> Textos legais abordam decisões jurídicas acerca de temas como assassinato, roubo e dívidas,<sup>11</sup> ou então “transferências interpessoais” (tradução livre, original: *conveyances*) (seja de pessoas ou de propriedades, inclusive de terra), contratos (empréstimos e notas promissórias), e recibos (como prova de que uma dívida foi quitada).<sup>12</sup> Existem também textos legais e

---

<sup>4</sup> Frame 1995: 11.

<sup>5</sup> Gibson 1975, 1982.

<sup>6</sup> Abou-Assaf, Bordreuil, e Millard 1982.

<sup>7</sup> Frame 1995.

<sup>8</sup> Watanabe 1987; Parpola e Watanabe 1988; Brinkman 1990.

<sup>9</sup> Fitzmeyer 1995.

<sup>10</sup> Menzel 1981; Fales e Postgate 1992, 1995.

<sup>11</sup> Jas 1996; veja Radner 2003 para uma análise sobre os tipos de textos legais.

<sup>12</sup> Postgate 1976; Kwasman 1988; Kwasman e Parpola 1991; Mattila 2002.

econômicos vindos da Babilônia.<sup>13</sup> Também devem ser incluídos aqui concessões reais e decretos de doação de terra e concessão de impostos para administradores sênior.<sup>14</sup>

Aproximadamente 2500 cartas e fragmentos sobreviveram principalmente do período histórico 2 (discutido mais a frente), ainda que a preponderância de todas as cartas datáveis venha de dois breves períodos no período 2b) – “dez anos após o fim do reinado de Sargão e nove anos após o começo e o fim dos reinados de Esarhaddon e Assurbanipal, respectivamente.”<sup>15</sup> As cartas são escritas de e para cortes reais, abordando questões administrativas (somente parcialmente relacionadas às províncias), e cerca de metade delas lida com assuntos de medicina, extispicy, astrologia, e interpretação de presságios.<sup>16</sup> Material oracular era largamente produzido para a corte por cultistas profissionais como resposta à questionamentos aos deuses, particularmente Shamash, o deus de justiça.<sup>17</sup> Enquanto nas “cartas ao rei” são geralmente registrados “presságios não solicitados” (tradução livre, original: *unsolicited omens*), os relatórios de extispicy eram solicitados pelo rei para obter orientação divina. Uma categoria relacionada de textos é a das “profecias” enviadas ao rei pela deusa Ishtar (deusa da guerra [e do amor], muitas vezes a mensagem era de encorajamento para a batalha).<sup>18</sup> A datação desses textos é relativamente tardia (período histórico 2b), mas eles nos oferecem lampejos sobre os tipos de decisões políticas que eram tomadas pelos reis, as maneiras pelas quais eram alcançadas, e outras preocupações régias (doenças, lealdade de oficiais e súditos). Junto dos anais, eles também auxiliam na identificação de campanhas militares, uma vez que os reis sempre buscavam o auxílio divino ao lidar com suas atividades militares. Finalmente, existem também textos literários, alguns que, inclusive, nos dão elementos para a compreensão da ideologia real.<sup>19</sup>

---

<sup>13</sup> Brinkman e Kennedy 1983.

<sup>14</sup> Postgate 1969; Kataja e Whiting 1995.

<sup>15</sup> Parpola 1981: 120.

<sup>16</sup> Parpola 1970-83; Lanfranchi e Parpola 1990; Hunger 1992; Parpola 1993; Cole e Machinist 1998; Fuchs e Parpola 2001; Luuko e Van Buylaere; Dietrich 2003; Reynolds 2003.

<sup>17</sup> Starr 1990.

<sup>18</sup> Parpola 1997; Nissinen 1998.

<sup>19</sup> Lifestone 1989.

Informação não-textual vem de prospecções de superfície, realizadas em setores do alto Vale Habur e do norte de Jezirah (ambos centro-norte da Mesopotâmia),<sup>20</sup> e acima de tudo de escavações, principalmente de cidades, notavelmente as cidades assírias reais (capital) na terra natal (como Kalhu [Nimrud]; Dur-Sharrukin [Khorsabad]; Nineveh; Assur) assim como de capitais provinciais (por exemplo, Til Barsip/Kar Shalmaneser [Tell Ahmar] na curva do Eufrates; Dur-katlimmu no Habur).<sup>21</sup> A ênfase tem sido nas construções palacianas, o que levou ao descobrimento de textos, mas que nos deixa sem muitas informações a respeito dos sítios urbanos como um todo. Relevos dos palácios assírios foram analisados detalhadamente, principalmente com uma atenção especial a seu aporte ideológico. Também existe interesse na influência sobre a arte assíria de tradições artísticas vindas do Oeste (ou seja, arameus e neo-hititas).<sup>22</sup>

A preponderância das fontes escritas data do período tardio (período histórico 2b). Nós raramente conseguimos algo que tenha vindo dos povos subjugados, de forma que nossa visão deles vem da perspectiva do poder assírio. Os textos bíblicos de Israel e Judá datados deste período são praticamente nossa única fonte para o ponto de vista dos povos subjugados. Textos como o Primeiro Isaías (Isaías 1-39), Amos, e o Deuteronômio registram conhecimento sobre tradições literárias assírias.<sup>23</sup> Grande parte do material documental assírio, tanto escrito quanto arqueológico, é enviesado em direção à corte real e ao rei em particular. Os tipos de fontes, suas proveniências, e suas datações circunscrevem com grande influência as possibilidades de análise do império.

Tanto a assiriologia quanto estudo historiográfico do antigo Oeste Asiático baseado em fontes cuneiformes (diferente das fontes clássicas ou bíblicas) são campos acadêmicos relativamente jovens, contando com somente cerca de 150 anos. Grande parte desse tempo foi investido no deciframento dos textos, no estabelecimento de uma cronologia confiável, e no delineamento da história política. Para o período NA, decifrar os textos se provou particularmente trabalhoso, com muitos passos em falso ao longo do caminho. Em relação às cartas citadas anteriormente. Elas foram porcamente copiadas

---

<sup>20</sup> Kuhne 1991; Kuhne 1995; Wilkinson e Tucker 1995; Wilkinson 2000: 232; Wilkinson, Winkinson, Ur, Altaweel 2005: 37-44.

<sup>21</sup> Nimrud: Oates and Oates 2001; Khorsabad: Loud 1936, Loud e Altman 1938; Nineveh: Layard 1849; Stonarch e Lumsden 1992; Assur: Andrae 1977; Til Barsip: Bunnens 1993-94; Dur-katlimmu: Kuhne 1991.

<sup>22</sup> Reade 1979; Winter 1997; Russell 1991; Lamprichs 1995: 269-326; Cifarelli 1995, 1998.

<sup>23</sup> Weinfield 1972; Machinist 1983; Paul 1991; Steinsmanns 1995; Otto 2002: 94-219.

entre os anos 1890 e 1910 e similarmente porcamente editadas nos anos 1930; de forma que acabaram se provando de limitado uso historiográfico. Foi somente na década de 70 que traduções confiáveis começaram a aparecer, principalmente graças ao trabalho de Simo Parpola. De modo similar, cópias feitas à mão dos textos administrativos e econômicos foram publicadas<sup>24</sup>, mas elas nem sempre se mostraram precisas e muitas vezes se provaram difíceis de entender, mas não por conta de dificuldades de estabelecimento de contexto ou pela presença de muita terminologia específica. O trabalho de Nicholas Postgate, desde o fim da década 60 ajudou imensamente a clarear o significado desses textos. Tendo dito isso, preciso admitir que existe muito que não conseguimos entender simplesmente por não sabermos com exatidão qual era o contexto desses textos. O time de Parpola que produziu os “Arquivos Estatais da Assíria” (tradução livre, original: *State Archives of Assyria*) (ou seja, todo o corpus de textos NA produzidos pelo Império)<sup>25</sup> prestou um imensurável serviço a todos que não querem ter que lidar com o trabalho de decifrar os textos. Isso não quer dizer, claro, que uma familiaridade a primeira mão com os textos e um conhecimento íntimo da língua não sejam importantes para historiadores do Império NA.

O resultado de tudo isso é que algumas questões pertinentes aos interessados no estudo comparativo de impérios não podem ser prontamente respondidas com nenhum grau de exatidão. Peguemos demografia, por exemplo. Historiadores do Antigo Oriente Próximo se mostraram receosos em oferecer qualquer tipo de estimativa populacional do Oeste Asiático para qualquer período pré-Helenístico. Talvez seja possível estimar a população ao extrapolar os números de deportados dos anais NA, se soubéssemos que porcentagem da população conquistada eles representavam e se pudéssemos confiar nos números apresentados. Estimativas gerais do número de deportados do período NA variam entre 1,5 e 4,5 milhões.<sup>26</sup> Porém, mesmo o mais baixo desses números ainda é considerado impossivelmente alto, e não somente por conta da dificuldade logística enfrentada pela administração assíria ao mover, no maior contingente, 208,000 pessoas (da Babilônia para a Assíria). Mesmo que esse último número seja interpretado como o número de pessoas deportadas em uma série de ondas, problemas logísticos persistem. Porém, mesmo que que não possamos confiar nos dados o suficiente para extrapolar uma

---

<sup>24</sup> Johns 1898-1923.

<sup>25</sup> Parpola 1987.

<sup>26</sup> Oded 1979: 19-22.

contagem populacional precisa, sabemos que o padrão de ocupação passou por mudanças, com mais vilarejos aparecendo por todo o norte da Mesopotâmia e com sinais de aumento populacional na Babilônia.<sup>27</sup> Urbanismo, não menos na pátria assíria, também aparece na documentação, com cidades reais sendo construídas ou então reformadas e expandidas (Assur 75 ha; Nimrud 360 ha; Khosabad 300 ha; Nineveh 700 ha). Capitais provinciais também foram construídas ou reformadas, com sua população aumentada por conta de novos “assentadores” (tradução livre, original: *settlers*) (por exemplo, Kar Shalmaneser 60 ha; Dur-katlimmu 55 ha). A população dessas cidades reais era, em grande parte, determinada pela coroa, e parece que o mesmo acontecia com a maior parte dos, se não todos, os novos assentamentos agrícolas por todo o Norte da Mesopotâmia. Ao invés de refletir crescimento no número geral de pessoas, as alterações populacionais eram o resultado de políticas de governo que incluíam o deslocamento de grupos populacionais após deportação e a sedentarização de arameus e caldeus seminômades. Isso tudo aponta para a reestruturação da economia agrônoma; exploração a força de trabalho de novas maneiras e abrindo novas terras para cultivo.<sup>28</sup>

Em relação a tecnologia a situação é só ligeiramente melhor.<sup>29</sup> A Assíria ficou atrás tanto dos hititas, quanto da Sírio-Palestina, no que tange o trabalho com ferro. Como diz Brinkman: “Os hititas já haviam dominado os métodos de produção de grandes quantidades de ferro durante o século XIII, e os sírio-palestinos já faziam extensivo uso da tecnologia no século X. A Assíria do início do século IX ainda dependia largamente do bronze para armas, agricultura e utensílios domésticos.<sup>30</sup> O ferro assíria aparentemente vinha de espólios de guerra na Sírio-Palestina, porém até o terceiro quarto do século VIII com certeza já eram produtores. Essa introdução lenta da tecnologia do ferro não atrapalhou o sucesso militar dos assírios. Muito do que sabemos em relação a avanços tecnológicos diz respeito a melhorias militares – o desenvolvimento de charretes mais avançadas, particularmente a invenção de uma plataforma que podia abrigar três (talvez quatro) homens (o motorista, o arqueiro, e o “portador de escudo” (tradução livre, original: *shield bearer*)), e de altamente especializado aparato de cerco, incluindo o

---

<sup>27</sup> Para o norte da Mesopotâmia veja os estudos citados em n.20; para a Babilônia veja Brinkman 1984: 3-10.

<sup>28</sup> Bedford 2007: 307-8, 315-17.

<sup>29</sup> Moorey 1999, esp. 278-292 sobre tecnologia do ferro.

<sup>30</sup> Brinkman 1999: 7. Veja também Waldbaum 1978; Wertime e Muhly 1980.

desenvolvimento de aríetes, a construção de rampas, e o uso de fossos. Algo mais substancial pode ser dito a respeito das instituições políticas e religiosas assírias, e da estrutura de classes, apesar de que, precisa ser dito, a maior parte de nossas informações dizem respeito aos escalões mais elevados da sociedade. Sabemos realmente muito pouco a respeito dos membros ordinários da sociedade.<sup>31</sup>

A Assíria parece ter se formado no início do século XIV quando um território na borda leste do reino norte mesopotâmico hurrita de Mitani se libertou. Ao conquistar sua liberdade, a Assíria nasceu. Esse corpo político deve ser diferenciado da antiga cidade-Estado de Assur (Ashur), apesar de existir uma clara continuidade, não só por Assur inicialmente ter sido a capital da Assíria e pelo deus da cidade (também nomeado Assur) ter se tornado o deus protetor do novo corpo político. Listas de reis MA e NA, e listas de oficiais apresentam a Assíria como sendo uma continuação direta da cidade-Estado, e a continuidade cultural é atestada na língua e na religião. Porém, o território da Assíria era muito maior do que o controlado pela cidade-Estado. Ele abrangia uma área triangular, tendo como suas pontas Assur no Sul, Dur-Sharrukin (Khorsabad) no Norte, e Arbela no Leste (veja o mapa 2,1). Essa era a pátria assíria. A essa base foram acrescentadas províncias do norte e noroeste da Mesopotâmia, tomadas do enfraquecido Mitani. As noções NA de monarquia e as crenças e instituições políticas e religiosas que obtiveram são todas heranças do período MA. Mais será dito sobre ideologia real em uma seção adiante, porém devemos citar aqui que a crença era que o rei tinha uma relação íntima com o deus Ashur, e que ele aplicava na terra a vontade divina.<sup>32</sup> Ele detinha poder absoluto sobre o Estado e tinha a responsabilidade de governar bem, o que incluía o cuidado e alimentação dos deuses e a manutenção dos templos. Ele era o único e supremo legislador, além de chefe de justiça. Nenhum código legislativo formal nos é conhecido. A maioria dos assuntos legais era regulada com base nos costumes, e o sistema judiciário operava sem a intervenção pessoal do rei.<sup>33</sup> Enquanto o rei era o ser humano supremo no imaginário assírio, ele era de todo modo mortal, e os assírios evitavam a deificação do monarca, do modo que havia ocorrido na Suméria e na antiga Babilônia. A Assíria era um estado militarista, e o rei era o líder militar chefe, mesmo que nem sempre participasse

---

<sup>31</sup> Para um panorama das instituições sociais, religiosas e políticas assírias, veja Grayson 1991a; sobre oficiais maiores veja Mattila 2000.

<sup>32</sup> Oppenheim 1977: 98-100, 102-3; Maul 1999.

<sup>33</sup> Radner 2003: 883, 886-87.

pessoalmente das campanhas. No marchar para a guerra, o exército funcionava como espécie de procissão religiosa, guiado por sacerdotes e estátuas dos deuses. Todas as guerras eram guerras religiosas, justificadas pela vontade de Ashur.<sup>34</sup>

Nosso conhecimento religioso se limita aos cultos de Estado. Pouco se sabe sobre a fé pessoal ou as crenças e práticas religiosas do assírio comum. A religião assíria era politeísta, com os deuses organizados em uma hierarquia sob a deidade chefe, Ashur.<sup>35</sup> Cada um deles tinha um papel específico (por exemplo, Ishtar: amor e guerra, Shamash: justiça), e também uma residência principal em uma das cidades (Ishtar: Arbela; Ninurta: Kalbu; Ashur: Ashur), ainda que tivessem santuários em diversas cidades. Divindades babilônicas como Enlil, Marduk e Nabu também eram veneradas na Assíria, e cerimônias babilônicas como o *akitu* foram adotadas.<sup>36</sup> O centro de culto era o templo e a estátua do divina. O templo era uma construção monumental que abrigava a estátua de culto em um santuário central e que tinha também espaço extra para as outras divindades em capelas auxiliares. Ele também tinha espaço para armazenamento e para as atividades de um grupo diverso que ali trabalhava: artesãos, escribas, pessoal de cozinha, e servos domésticos, assim como funcionários de culto. Um templo era uma comunidade autocontida, com sua própria hierarquia de pessoal e seus próprios recursos econômicos, principalmente na forma de propriedades de terra, ainda que cada vez mais foram dependentes dos benefícios reais, incluindo a doação de tributos e de saques, abono de impostos específicos em algumas províncias, e oferendas de ex-voto. O chefe do templo era o “administrador chefe”, que era responsável pelo rei. Dado que o rei era o responsável máximo pelos cultos, templos e seus funcionários mais altos podem ser vistos como parte da burocracia estatal. Divinação (especialmente astrologia e extispicy) também se enquadravam como atividades religiosas, uma vez que a visão de mundo assíria entendia que as divindades se comunicavam com o mundo terrestre, em particular com o rei, através de tais métodos. Existiam diversos especialistas tanto em astrologia, quando extispicy, ligados à corte real e dentro da burocracia estatal em geral (como pessoal do templo ou ligados ao palácio de algum governador provincial).<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> Oded 1992.

<sup>35</sup> Porter 2000.

<sup>36</sup> Pongratz-Leisten 1994.

<sup>37</sup> Pongratz-Leisten 1999; Fales 2001: 244-83.

Na administração do Estado<sup>38</sup> existia uma clara diferença entre, de um lado, a Assíria (as províncias originais) e as províncias do norte da Mesopotâmia, que pagavam impostos de diversos tipos, e do outro lado, os “subjugados Estados clientes” (tradução livre, original: *subjugated client states*) de onde tributo era exigido. Existiam similaridades em respeito à organização, uma vez que o rei colocava cada província sob o controle de um governador<sup>39</sup> ou nos Estados clientes, particularmente no início do Império e em territórios mais distantes, sob a administração de uma família real local, agora serva leal da Assíria. Abaixo do governador e de sua burocracia estavam os prefeitos de cidades e vilarejos da região. Algumas terras agrícolas eram submetidas à disposição dos governadores, principais burocratas da administração central, e membros das principais famílias assírias, muitas vezes também incluindo a força de trabalho para produzir na terra (por exemplo, apêndice, texto n. 4).

O Estado assírio, incluindo sua administração, era essencialmente militarista em sua organização, e existia pouca distinção entre o serviço militar e o serviço civil. A linha de comando nem sempre seguia de um ponto ao seu imediato adjacente; a coroa dava ordens diretas à alguns oficiais muito abaixo na pirâmide, e o rei tinha o direito de intervir em qualquer nível e em qualquer assunto. Ao mesmo tempo em que a autoridade do rei era tecnicamente sem limites, ela era supervisionada pela religião, pelos precedentes legais, e pelo temperamento de seus nobres e oficiais; este último grupo governando efetivamente no lugar do rei (e da divindade).<sup>40</sup> Na corte real existiam seis oficiais maiores (os seguintes títulos em português [no original “english”, claro] são uma tentativa de colocar algum sentido em suas posições): o domo maior, o vice-chanceler, o marechal de campo, o arauto palaciano, o mordomo chefe, e o (chefe) “administrador” (tradução livre, original: *steward*). Os dois primeiros eram conselheiros reais (somente o primeiro tendo acesso direto ao rei), o terceiro liderava o exército, o quarto era o oficial administrativo chefe do reino, o quinto agia como o plenipotenciário do rei, e o sexto executava as comissões reais especiais. Nós não sabemos muito sobre seus de fato deveres. Alguns desses oficiais tinham províncias doadas, que eram administradas por terceiros a fim de evitar suas ausências na corte real.<sup>41</sup> Terra também era dada a

---

<sup>38</sup> Pecirková 1977, 1987; Allen 2005.

<sup>39</sup> Postgate 1980.

<sup>40</sup> Grayson 1999; Holloway 2002: 223-24.

<sup>41</sup> Grayson 1991a: 200-1, cf. Mattila 2000; Postgate 1995 sobre províncias.

administradores do nível inferior: vizires, o eunuco chefe, e o chefe de justiça. Nesse mesmo nível estavam os governadores provincianos, organizados basicamente em uma hierarquia (os de maior prestígio sendo os da terra mãe e redondezas). Suas responsabilidades eram militares e civis. Tecnicamente eram membros da corte, porém serviam em suas províncias. Também fora da corte, mas parte do alto escalão administrativo, estavam os administradores chefe dos templos principais e os prefeitos das maiores cidades da região central assíria. Existiam vários administradores de baixo nível (“cortesãos”) ligados ao palácio que eram organizados sobre o padeiro oficial (perceba que muitas vezes os títulos de burocratas de alto nível refletiam sua origem no serviço doméstico). Existiam também coletores de impostos para as terras reais e para as províncias. Alguns deles tinham tarefas específicas, como por exemplo a coleta de cavalos para o exército. Oficiais do exército também devem ser citados entre os oficiais importantes, mesmo que de baixo nível. Capitães comandavam companhias de cinquenta homens. Os pilotos de bigas eram vistos como a elite de um exército que também contava com cavalaria; engenheiros, e infantaria, sendo esta última formadora da maioria das tropas. O que sabemos da estrutura de classes vem dessa burocracia, uma vez que refletia a ordem social.<sup>42</sup> No topo estava o rei; próximo vinham aqueles ligados à corte real ou à corte do príncipe herdeiro, então administradores de vários níveis, oficiais do exército, “cidadãos” (não existe termo assírio) assírios comuns, e trabalhadores semi-livres (deportados que trabalhavam nas terras estatais). No nível mais baixo estavam os escravos (nunca muito numerosos; alguns eram assírios reduzidos por dívida, outros prisioneiros de guerra).

Os assírios pertenciam a grupos familiares, ou clãs, que por sua vez era parte de agrupamentos maiores normalmente chamados de tribos. O status social de um indivíduo e, portanto, acesso aos postos administrativos e os privilégios que vinham com eles, dependiam da família ou clã ao qual pertencia. Era possível, apesar de pouco comum, que famílias ascendessem socialmente ao longo de uma ou mais gerações de serviço exemplar prestado ao Estado. Desse modo, um membro familiar bem-sucedido poderia melhorar o prestígio social e situação econômica de toda a família. Alguns estrangeiros eram integrados no sistema social assírio, fato atestado pela presença de nomes arameus dentre os níveis mais altos da estrutura de classe, a partir do fim do século VIII. Existiam também

---

<sup>42</sup> Fales 2001: 53-71.

alguns outros estrangeiros “livres” que conseguiram ocupar altas posições na burocracia. De modo geral, estrangeiros realizavam trabalho forçado em projetos de construção e agricultura ou eram empregados em funções subalternas nos palácios e templos.

A grande maioria da população era composta por fazendeiros que trabalhavam em terras controladas pelas grandes famílias. Clãs e famílias viviam juntos em vilarejos próximos de suas propriedades agrícolas. Nós não sabemos como se organizavam esses vilarejos, além do fato de terem um prefeito que os representava diante os burocratas do Estado e que também agia como juiz local (uma função tradicional, ao invés de atribuída pelo Estado; muitos burocratas [oficiais palacianos, oficiais templários] agiam como juízes, com seu papel mais próximo daquele de um conselheiro às partes envolvidas do que daquele que de fato passava o julgamento). Cidades, vilarejos e povoados babilônicos eram caracterizados pela presença de conselhos de “cidadãos” que tomavam as decisões em determinados casos legais. Se algo assim também existia na Assíria, nós não sabemos. Nós podemos até assumir que sim, mas um tal corpo não é mencionado em nenhum dos textos disponíveis. Não existia assembleia popular, ou então qualquer outro corpo semi-representativo, que pudesse levar as preocupações dos cidadãos aos governantes. Talvez os prefeitos exercessem esse papel. Não existiu nenhuma revolta popular substancial dos assírios contra a coroa ou seus administradores apontados. As únicas rebeliões por parte de assírios foram aquelas dos governadores provincianos, que refletiam tensões dentre a elite.

O Estado dominava a propriedade dos meios de produção, mas existia também um vibrante setor econômico privado com direitos de propriedade assegurados pelo Estado. Todos os investimentos de larga escala, como as construções monumentais, obras de infraestrutura como as estradas, expansão agrícola para novas áreas, e exploração mineral, eram executados pela coroa. A maior parte do comércio também ficava na mão da coroa, apesar de que alguma parte possa ter sido delegada à operadores privados. A iniciativa privada podia ser usada em trabalhos de grande porte, como fica claro na construção da nova capital real Dur-Sharrukin.<sup>43</sup> Mas nesse caso uma taxa especial de trabalho, ferramentas, animais e matéria prima foi imposto aos governadores provinciais, de modo que a maior parte do esforço foi executado pelo Estado. Investimento privado e a riqueza que ele gerava eram minúsculos perto do Estado. Ele era o maior empregador, incluindo

---

<sup>43</sup> Parpola 1995.

o trabalho semi-livre (deportados), era o controlador da maior parte da terra (e, assim, da produção agrícola), também da manufatura, e detinha o monopólio da exploração mineral.

A economia era estruturada de modo que o excedente fluía para o centro ou era usado na manutenção do aparelho estatal nas províncias (o que incluía as cortes provinciais). Era a elite assíria quem mais se beneficiava disso. Postgate enxerga três setores na economia NA: setor palaciano, setor governamental, setor privado.<sup>44</sup> Essa divisão tripartite não é unânime. O setor governamental parece se misturar com os outros dois, ao invés de ser independente. Por exemplo, quando um oficial do alto escalão do governo se envolvia em atividades comerciais para ganho pessoal, deveríamos assumir que configura atividade do setor privado e não do governamental, porém é claro que pode ter sido justamente sua posição no governo o catalisador de tal oportunidade mercantil.<sup>45</sup> Por outro lado, quando um oficial é enviado pela coroa para exercer atividade comercial, devemos entender como sendo parte do setor palaciano.<sup>46</sup>

O setor palaciano era composto por tudo aquilo que pertencia à família real. Inclusos nesse setor como consumidores estão os palácios reais, a família real, os funcionários domésticos, administradores e militares, e as cortes oficiais. Rendas vinham na forma de saques, tributos, “presentes”, produção e aluguel de terras, atividades de crédito, vendas de escravos, apropriações e confiscos. Gastos cobriam a subsistência dos residentes e trabalhadores dos palácios, equipamentos dos funcionários militares, luxos, presentes, oferendas templárias regulares, e operações de construção. O setor governamental (incluindo o exército) extraía do setor privado para providenciar recursos para operações civis e militares via impostos e “recrutamento” (tradução livre, original: *conscriptio*). A base de sustentação do setor governamental era o sistema de províncias. Os subordinados do governo eram responsáveis pela coleta de pagamentos de todo tipo de suas províncias e de seus recrutamentos, além do abastecimento com soldados e trabalhadores civis. Inspectores de vilarejo eram os responsáveis da administração provincial pelo cumprimento das taxações. Não existe evidência de um esforço consciente por parte da coroa para controlar ou exercer um monopólio sobre o comércio, mesmo que tanto a coroa como oficiais do governo estivessem diretamente envolvidos nele através

---

<sup>44</sup> Postgate 1979.

<sup>45</sup> Cole 1996: 56-68; cf. Oppenheim 1967.

<sup>46</sup> Elat 1987; Radner 1999: 101-9.

de seus agentes. O setor privado é de difícil documentação devido à falta de fontes, apesar de que exista sim evidência de comércio por parte de agentes privados.<sup>47</sup>

Liverani, em contraste, usou o modelo de dois setores, “palácio” e “família”, para examinar o movimento da posse de terra e das heranças, partindo da metade do terceiro milênio e indo até a metade do primeiro milênio.<sup>48</sup> Ele enxerga dois processos em funcionamento durante o primeiro milênio que eu acredito serem aptos particularmente para o período NA (pelo menos na pátria Assíria e no norte da Mesopotâmia).<sup>49</sup> Em primeiro lugar, o setor palaciano direcionava aos membros da organização do palácio (alto oficialato da corte e das províncias) terra, força de trabalho, e excedentes de modo a descentralizar o controle de suas terras.<sup>50</sup> Algumas (maioria?) dessas terras podem muito bem ter sido bens de prebenda, acompanhantes do cargo, ao invés de realmente “propriedade” do oficial.<sup>51</sup> Grande parte da força de trabalho dessas terras seria de deportados de outra região do império, alguns dos quais eram colocados para trabalhar em (novas) cidades reais. A expectativa deveria ser de que isso aumentava a produção agrícola e, assim, a riqueza geral de todo império, mas é impossível obter dados que nos mostrem o estado real da economia. Boa parte (se não toda, como no caso das terras estatais) dessa riqueza acabava nas mãos do Estado ou enriquecia as famílias da elite para quem o rei tinha cedido a terra e a força de trabalho.

O segundo processo descrito por Liverani é a erosão da conexão entre a porção de terra e a família, ou grupo familiar, que tradicionalmente ali vivia em períodos anteriores. Inevitavelmente, a terra se tornava livremente alienável. O resultado disso é que algumas famílias acabavam completamente privadas de suas propriedades de terra (e escravizadas por conta de dívidas), enquanto outras famílias acumulavam cada vez mais grandes extensões de terra que no setor “livre” acabaram por ser o exato complemento das imensas propriedades de terra que pertenciam aos altos oficiais do setor palaciano.<sup>52</sup>

Ambos processos acarretaram na concentração da terra nas mãos de alguns poucos indivíduos e famílias, enquanto anteriormente, no segundo milênio, a propriedade da terra

---

<sup>47</sup> Radner 1999: 109-19.

<sup>48</sup> Liverani 1984.

<sup>49</sup> Veja também Fales 1984a, 1984b, mas cf. Postgate 1989.

<sup>50</sup> Liverani 1984: 39-40.

<sup>51</sup> Postgate 1989: 147.

<sup>52</sup> Liverani 1984: 42.

era dividida igualmente entre diferentes unidades familiares no setor familiar e centralizada pela grande organização do setor palaciano.<sup>53</sup> Ambos os modelos reconhecem que a riqueza acabou concentrada nas mãos das principais famílias, que também controlavam as posições mais altas da administração do império. O modelo do Liverani ainda aponta para o empobrecimento de um número crescente de assírios, decorrência da perda de suas terras familiares. Porém, o tamanho dessa transformação é impossível de se julgar.

### 3. Panorama Histórico

O seguinte delineamento esquemático da história do Império NA ajuda a contextualizar nossas preocupações principais. Essa história já foi dividida de diversas formas, dependendo do fato de um determinado reinado ser considerado marca do início de uma nova época ou então simplesmente parte integrante dos reinados que vieram anteriormente. Algumas dessas divisões são bastante arbitrárias e, portanto, ofereço aqui uma maneira de organizar o período:<sup>54</sup>

1. De estado territorial à poder imperial – 934 – 745 AEC
  - a. Recuperação de áreas dominadas durante o período MA – 934 – 884 AEC (Ashur-dan II, Adad-nirari II, Tukulti-ninurta II)
  - b. Extensão de controle para áreas mais a oeste, sul e leste – 883 – 824 AEC (Ashurnasirpal II e Shalmaneser III)
  - c. Problemas internos na Assíria – 823 - 745 AEC (Shamshi-Adad V – Ashur-nirari V; cinco reis)
2. Expansão imperial e consolidação - 744 – c.630 AEC
  - a. Segunda expansão e desenvolvimento da organização provinciana – 744 – 722 AEC (Tiglath-pileser III e Shalmaneser V)
  - b. Apogeu imperial – 721 – c.630 AEC (Sargão II, Sennacherib, Esarhaddon, Ashurbanipal)

---

<sup>53</sup> Liverani 1984: 40.

<sup>54</sup> Parcialmente devo a Kuhrt 1995, cf. Liverani 1988a, ambos oferecem panoramas históricos desenvolvidos.

### 3. A queda da Assíria – c.630 – 609 AEC (Ashur-etel-ilani, Sin-shar-ishkin, Ashur-uballit II)

#### 3.1. Período 1a

O que parecia ser a força motriz por trás da expansão para oeste, norte, e leste, a partir da pátria Assíria, era o desejo por reaver territórios que haviam sido adquiridos durante o período MA depois do fim do Estado hurrita de Mitani/Hanigalbat na metade do século XIV.<sup>55</sup> A Assíria havia perdido o controle sobre esses territórios por volta da metade do século XI, seguindo a morte de Tiglath-pileser I. Por volta desta época, a Assíria, junto do resto da Ásia Oeste e do Mediterrâneo Leste, foi lançada em uma espécie de “Idade das Sombras” normalmente atribuída a mudanças climáticas<sup>56</sup> e eventos ligados à movimentação dos Povos do Mar na Anatólia e ao longo da costa levantina. Quando a documentação escrita reaparece no início do primeiro milênio, um panorama político diferente é observável na Ásia Oeste. Enquanto antes de 1200 um grupo de superpotências (Egito, Hatti, Assíria [substituindo Mitanni], Babilônia) estava envolvido em diplomacia internacional e rivalidades,<sup>57</sup> nenhum desses corpos políticos agora existia. O Império Hitita não mais existia, o Egito havia regredido às suas fronteiras tradicionais, e a Babilônia, apesar de estável, não contava com líderes de aspiração imperialista. No lugar de cidades-Estado, sobre as quais Egito e Hatti haviam disputado influência durante a segunda metade do segundo milênio, a Sírio-Palestina agora contava com uma série de reinos independentes (como Israel, Aram, Moab, Edom). Uma parecida geografia política era evidente por todo o norte da Mesopotâmia (Reinos Arameus) e norte da Síria (Neo-Hititas e Reinos Arameus).<sup>58</sup> Como no fim do período MA, nômades pastores arameus ocupavam todo o norte da Mesopotâmia, e existiam tribos seminômades e sedentárias, de arameus e de caldeus, na Babilônia. Não existia nenhuma grande potência disputando o controle do norte da Mesopotâmia, o que foi um dos óbvios pré-requisitos para a expansão assíria. A Assíria tinha uma clara vantagem militar sobre os corpos políticos menores do norte da Mesopotâmia, já que tinham uma capacidade muito maior de mobilização de

---

<sup>55</sup> Kuhne 1995: 69-79.

<sup>56</sup> Neumann e Parpola 1987.

<sup>57</sup> Veja Liverani 1990.

<sup>58</sup> Hawkins 1995.

recursos, nos casos em que não ocorria a submissão imediata. Durante esse período, a expansão assíria ficou restrita ao território antes ocupado no período MA.<sup>59</sup> Se considerarmos a atividade militar desse período como a (re)conquista de território historicamente entendido como assírio, se faz interessante o fato de que não ocorreu a tentativa de integrar todo o território à Assíria de forma imediata. O “controle” não foi caracterizado pela imediata adoção de administrações provinciais. Ao invés, ele assumiu a forma de uma série de saques, coleta de tributos e confirmação de que os governantes locais eram administradores e governadores assírios. Alguns desses líderes locais eram de fato descendentes de governadores assírios que haviam servido no sistema provinciano do período MA. Os anais reais registram essas (geralmente) anuais “tours” de áreas controlados pelos assírios, e o itinerário dos anais nos dá uma noção geral da extensão geográfica do poder assírio. Ainda que tais terras fossem vistas como de fato território assírio, os reis assírios se aproveitaram da organização interna que se desenvolveu nesses lugares no interim entre os períodos MA e NA. A formação de reinos nessa região, como no resto do norte da Síria e na Palestina seguindo a queda dos grandes poderes do segundo milênio, não era visto como algo que deveria ser completamente extinguido, mas sim como algo que deveria ser aproveitado. O problema não era que tinham a forma errada de organização política, mas sim que não eram submissos à Assíria.

É provável, então, que esse primeiro período deva ser visto como uma tentativa de retorno às condições políticas do período MA. Do ponto de vista assírio, isso pode não ter sido considerado um novo ato de imperialismo, mas sim o reestabelecimento de controle sobre territórios em estado de rebelião contra seu senhor de longa data. Eles haviam tentado se afastar da natural condição de pertencer à Assíria. O significado disso é que se torna possível remontar o início do Império Assírio ao começo do século XIV (período MA), que passa por um hiato no século XI, seguido por uma recuperação no século X.<sup>60</sup> Assim, os mecanismos de imperialismo podem de fato derivar de um período anterior ao primeiro milênio. Que os reis NA se enxergavam como parte de uma tradição que vinha desde o período MA é atestado não somente pela referência ocasional aos êxitos militares dos reis MA, mas também pela referência ao fato de que os “assírios” viviam nesses territórios e haviam sido expulsos pelos arameus e demais. O monarca assírio estava tentando retornar à normalidade política através da reafirmação do domínio assírio

---

<sup>59</sup> Liverani 1992: 103-10.

<sup>60</sup> Postgate 1992.

e do retorno dos assírios às terras e cidades das quais haviam sido deslocados. Dessa forma, uma das motivações expansionistas desse período, assim como do seguinte, é a correção do que entendiam como anomalias políticas. Outra motivação parece ter sido de natureza econômica, de forma que os anais registram os tributos exigidos dessas áreas tradicionalmente subjugadas, como também as riquezas capturadas de saques ocasionais nos territórios que os assírios julgavam serem irrecuperáveis (notavelmente na Babilônia). Também, ao reconstituir a “Assíria”, os corpos políticos fronteiriços das regiões sob o julgo assírio passaram a enviar presentes, reconhecendo o status assírio.

### 3.2. Período 1b

Esse período tem duas seções identificáveis.<sup>61</sup> A primeira metade desse período (reinado de Ashurbanipal II, 883-859) presenciou a expansão contínua para Oeste, Norte e Sul dentro dos limites do controle assírio como delimitado no período MA, assim como o desenvolvimento do sistema administrativo imperial.<sup>62</sup> Nesse período, ocorreu a construção de guarnições nas bordas ou em pontos estratégicos do território controlado pelos assírios. Sem nenhuma surpresa, as fronteiras passaram a ser regiões contestadas, principalmente pois, antes da anexação NA, muitos desses corpos políticos subjugados haviam estabelecido arranjos políticos e econômicos com seus vizinhos, esquemas em que a hegemonia assíria interferia. Territórios fora da Assíria propriamente dita (como o oeste do Rio Habur, no centro da Mesopotâmia Norte) recebiam, primeiramente, o tratamento de acordos econômicos (algumas vezes sob a ameaça de invasão assíria), o que rendia à Assíria afluxo de riqueza em forma de tributo, além da possibilidade de interferir nos negócios de seus clientes, no caso do parceiro ter desrespeitado obrigações do acordo. Nesse caso, o Estado cliente (comumente chamado de “vassalo” na literatura acadêmica) poderia ter seu líder substituído por um membro mais influenciável da casa real local, ou então poderia ser transformado em província (um exemplo de resultado a resistência ao exército assírio pode ser visto no apêndice, texto n. 2). Na segunda metade do período (reinado de Shalmaneser III, 858-824), alguns Estados do norte da Assíria, além da curva do Eufrates, que antes era a marca do limite do controle assírio, foram feitos clientes.<sup>63</sup> Uma coalisão desses Estados conseguiu fazer frente à influência assíria,

---

<sup>61</sup> Liverani 2004a.

<sup>62</sup> Liverani 1992: 111-15.

<sup>63</sup> Yamada 2000.

porém somente por um tempo limitado. Somente através de coalisões podiam os Estados menores, por exemplo os reinos do norte da Síria do período 1b e os reinos Sírio-Palestinos dos períodos 1b e 2<sup>a</sup>, ter qualquer esperança de resistir à Assíria. Era normal que essas coalisões tivessem resultados positivos inicialmente, porém eram de muito difícil manutenção no longo termo. Assim que se desfaziam, em decorrência de conflitos internos ou da influência assíria, eram subjugados. Esses corpos políticos não eram transformados em províncias, mas permaneciam clientes. Alguns outros se tornaram clientes no período 2a, depois de acionarem os assírios contra seus antigos aliados de coalisão. O período 1b também presenciou o início da intervenção direta dos assírios nas questões políticas da Babilônia, com Shalmaneser intervindo militarmente para assegurar o trono babilônico contra um usurpador. O rei babilônico retornou o favor no período seguinte. O caráter do controle assírio nesse período continua a ser tema de debate. É indiscutível, porém, que com o passar do tempo, membros da família governante assíria foram instalados como governadores provinciais. Provincianização por todo o norte da Assíria foi, porém, esporádica, com Estados clientes e províncias misturados. Para Liverani, o controle de recém adquiridos territórios era uma rede com uma série de pontos de controle ou nódulos (“ilhas”, “postos avançados”) conectados por estradas, mas com a maior parte do território fora do controle administrativo assírio direto. A partir desses centros, os assírios podiam partir em ofensivas contra as tribos de arameus, e demais, que estivesse causando problemas. Assim, “o império não é um contínuo de terras, mas sim uma rede de comunicações pela qual material é transportado”.<sup>64</sup> Isso pode ser contrastado com a mais comum visão da expansão e controle administrativo assírio como uma “mancha de óleo” que se espalhou vagarosamente por todo o norte da Mesopotâmia, cobrindo tudo em seu caminho.<sup>65</sup> A questão é de quão firme era o controle administrativo desses pontos estratégicos. Essa questão continua sendo relevante por toda a história do Império NA, particularmente na fronteira norte.<sup>66</sup>

É nesse período que as linhas do sistema administrativo NA, caracterizado pelas províncias e Estados clientes, aparecem com clareza. O desenvolvimento da provincianização marca um nível mais elevado de integração. Aqui os assírios governavam diretamente através de seus indicados, geralmente membros de famílias da

---

<sup>64</sup> Liverani 1988b: 86.

<sup>65</sup> Postgate 1992: 255-56.

<sup>66</sup> Parker 2001.

elite. Por qual motivo substituir o uso dos sistemas locais de governo pelo de governantes assírios? Um argumento é o de que essa era um meio mais eficiente de exercer dominação e assegurar a exploração econômica. Quando a Assíria dependia dos governantes e estruturas locais, era garantido também o custo anual proveniente das “visitas” anuais para a coleta dos tributos. Provincianização, enquanto sistema em que o tributo era naturalmente transportado, sem os custos da coerção direta, mas com certeza em decorrência da ameaça da coerção em caso de rebelião, sem dúvidas diminuía o gasto geral de administração do Império. Em teoria, porém, o sistema de clientela deveria providenciar esse “natural” envio regular de tributos.

Talvez um aspecto de provincianização nesse período seja o reforço dos laços com a coroa, resultado da indicação de membros das principais famílias assírias aos governos provincianos e demais cargos administrativos. Também, essa prática indubitavelmente estendia os limites do território assírio, a partir do momento em que essas terras distantes passavam a ser governadas por assírios, no lugar de locais. Aqui podemos observar uma mudança no paradigma do que significava a noção de “Assíria” e de “assírios”.

### 3.3 Período 1c

Esse período é particularmente interessante para refletirmos sobre a estrutura e a coesão do Império. No período MA tardio, a fraqueza central levou as províncias do norte da Mesopotâmia a estabelecer corpos políticos independentes. A Assíria do período 1c também demonstrou fraqueza central, marcada por conflitos internos ligados à monarquia e a cessação das campanhas militares anuais. Os Estados clientes do Oeste tiraram proveito disso e pararam de enviar tributos, o status das províncias mais próximas à pátria Assíria são desconhecidos a nós. Não existe evidência contundente que aponte para a perda de províncias, como aconteceu no final do período MA. Quando os anais recomeçam, no período 2a, a Assíria não teve que reaver controle sobre esses territórios, o que parece indicar que o enfraquecido governo central foi capaz de manter o controle. Talvez o sistema administrativo (provincianização) foi capaz de continuar funcionando normalmente, independentemente da situação política da capital, contando com o fato de que os governadores continuassem leais ao governo central. Isso equivale a dizer, um centro fraco não significou a declaração de independência por parte dos governadores, ao mesmo tempo em que as populações locais não estavam em condição de se levantar em rebelião. Talvez, então, a ideia de “centro fraco” seja incorreta já que o centro foi capaz de garantir a lealdade de suas províncias, apesar do conflito sucessório permeando a elite.

Outra interpretação do relacionamento entre os governadores provinciais e a administração central nesse período enfatiza o papel dos primeiros, como membros de famílias da elite, de confirmar um “rei em ascensão” (tradução livre, original: *incoming king*). O começo do período 1c presenciou uma grande rebelião de cidades (capitais de províncias?) dentro do Império, que Postgate sugere ser reflexo de faccionalismo dos governadores a respeito da vinda de Shamsi-Adad V, sucessor de Shalmaneser.<sup>67</sup> A elite assíria estava tão dividida que ele precisou de apoio babilônico para se assegurar no trono.<sup>68</sup> A aparentemente independência de alguns governadores nesse período é visível nos tratados aramaicos de Sifire, entre o governador Mati’ilu, de Apad no Oeste, Bar Gay’ah, de KTK.<sup>69</sup> Bar Gay’ah era o parceiro dominante, e ele foi identificado por alguns comentadores como sendo Shamash-ili,<sup>70</sup> governador assírio de Bit Adini (Bit Adini é identificada como sendo a, de outro modo desconhecida, KTK). Shamash-ili estaria agindo independentemente da coroa assíria ao estabelecer relação de “suserano” com Mati’ilu. Outros contrariam dizendo que Shamash-ili estaria agindo em função dos interesses do governo central ao garantir a clientela de um Estado que, de outra forma, teria se tornado delinquente.<sup>71</sup> Isso significaria que o governador não teria agido contra o rei em ascensão. Uma terceira alternativa é a de que Bar Gay’ah era um rei independente (não sabemos a localização de KTK) que teria sido capaz de subjugar um originalmente cliente assírio, devido ao centro fraco. A questão continua a ser debatida.

#### 3.4. Período 2

Esse período costuma ser identificado como o Império NA propriamente dito. As fronteiras assírias continuam avançando para Oeste, Norte e Sul, além dos limites determinados no período 1b, entrando em conflito com outros Estados soberanos que nunca estiveram, tradicionalmente, sob o jugo assírio (veja o mapa). Direito sobre eles não poderia, portanto, ser declarado com base em tradição, apesar de que em tempos passados alguns deles de fato tenham enviado presentes ou tributos de reconhecimento ao rei assírio (inclusive durante o período 1b). Talvez, no limite oeste pelo menos, as

---

<sup>67</sup> Postgate 1975.

<sup>68</sup> Brinkman 1990: 96-97, 107-11, sobre o tratado imposto sobre Shamsi-Abad por Marduk-zakir-shumi I da Babilônia.

<sup>69</sup> Fitzmeyer 1995; Fales 1990.

<sup>70</sup> Ikeda 1999: 287.

<sup>71</sup> Lemaire e Durand 1984; Dalley 2000.

fronteiras estivessem instáveis e, afim de assegurar o domínio, o Império tivesse tido de avançar seu controle para zonas além do perímetro original.<sup>72</sup> Dessa forma, a fronteira continuou avançando. Teria a Assíria entrado em conflito “por engano” com esses territórios vizinhos a oeste (Sírio-Palestina), leste (Montanhas Zagros), norte (Urartu) e sudeste (Elam) no período 2a devido à conflitos de fronteira e à preocupação de manter a lealdade de seus clientes, ou existia alguma vontade política maior que o Estado assírio estava perseguindo e que só se tornou clara para eles mesmos no período 2b?<sup>73</sup> É amplamente aceito que existia sim um propósito claro na expansão para além do Eufrates no período 2, porém não como continuação de uma “política” de longa duração proveniente do período 1, e que seu principal motivador era o caráter econômico. A Assíria buscou estrangular todas as rotas comerciais da Ásia Oeste. Ela tentou desviar para seu centro o fluxo de bens de luxo e de excedentes produzidos nos Estados subjugados, que eram então empregados na construção de palácios e novas cidades reais (a primeira sendo tão cedo quanto o começo do período 1b). Ao se caminhar para o Oeste, em direção ao Mediterrâneo, buscavam acesso aos portos fenícios, com seus bens exóticos, e ao cedro libanês, enquanto ao expandir para o Norte, adentrando o leste da Anatólia, e para leste, Montanhas Zagros, assumiam controle sobre depósitos minerais. No Oeste, pelo menos, o comércio era obrigado a atravessar a Sírio-Palestina, vindo do Egeu ou de um Ocidente ainda mais além, ou então do Sudoeste (Arábia). Esse comércio provavelmente estava tanto nas mãos do Estado, quanto da iniciativa privada (talvez não existisse diferença, uma vez que os operadores privados poderiam muito bem serem oficiais do governo), e os assírios eram então dependentes desses outros corpos políticos para ter acesso aos bens. Demandas de tributo talvez fossem maneiras de forçar termos de comércio (em uma direção) que eram vantajosos economicamente para a Assíria.<sup>74</sup> A Assíria conseguia os bens e materiais que queriam “de graça” (menos o custo de forçar a aceitação dos termos, que poderia ser alto; perceba que os assírios precisaram voltar militarmente para o Oeste a todo momento, a fim de reforçar tais demandas). A questão principal não é controle territorial, mas sim de bens e excedentes. Eu aceito que nesse

---

<sup>72</sup> Lamprichs 1995.

<sup>73</sup> Sobre a Assíria e a Sírio-Palestina ver Hawkins 1982, Parpola 2003; sobre a Assíria em Zagros, ver Lanfranchi 2003; sobre a Assíria e Urartu, ver Barnett 1982: 333-65, Zimansky 1985, Dinçol 1994; sobre a Assíria e o Elam, ver Potts 1999: 263-88.

<sup>74</sup> Ver Bar 1996 para tipos de tributos e suas significações; Aubet 2001: 85-95 sobre a relações assírias com as cidades fenícias.

estágio os assírios não estavam pensando na necessidade de ter mais terras ou então que queriam se apropriar e redistribuir a mão de obra presente nesses lugares.

Esse último ponto é importante pois é comumente imaginado que a Assíria tinha um apetite voraz por territórios e populações, não somente para a extração de seus excedentes através da brutal agressão militar. Aqui precisamos traçar uma distinção entre aqueles territórios leste à curva do Eufrates e os à oeste. Territórios do Leste eram simplesmente incorporados à Assíria. Territórios do Oeste não eram, inicialmente, e os assírios não tinham vontade de governar tais lugares. Ou seja, a expansão oeste não foi uma espécie de fome por territórios, ou fome por força de trabalho. A Assíria teria preferido que esses Estados tivessem permanecido sob o domínio de suas lideranças locais, enviando tributos e bens ao centro do Império. Era justamente esse o propósito do sistema de clientela.

Nesse sistema, o rei assírio intimidava os reis de Estados menores do Oeste, os submetendo ao seu jugo, legalmente os prendendo ao serviço do rei assírio através de juramentos de obediência em nome tanto do deus local, quanto do deus imperial. Parte do ato de obediência era o envio anual de tributos para o rei assírio. Desse modo, os assírios tinham como garantia a renda regular de tributos e acesso aos bens de comércio sem os custos das regulares “viagens” militares de extorsão, salvo o caso de quebra de acordo por parte do cliente. Em retorno de sua submissão, ao corpo político local era permitido manter certo grau de autodeterminação e integridade territorial. O sistema não funciona, porém. Os assírios podem ter imaginado que o poder simbólico de juramentos forçados, em nome de deuses, junto da ameaça militar em caso da quebra dos juramentos, seria o suficiente para garantir a integridade dos laços de clientela, mas não foi esse o caso. É essa a razão de, por todo o período 2, os assírios passaram a provincianizar boa parte dos Estados oestes. Não foi por motivação de desejo (ou qualquer política específica) de controlar essas terras diretamente (se fosse esse o caso, elas já teriam sido transformadas em províncias de imediato); ao invés, foi em resposta à falência do sistema de clientela. Se um reino repetidamente desonrasse seus votos ao se recusar em pagar os tributos, então aquele corpo político deveria ser dissolvido e transformado em uma província governada por um governador assírio. Dessa forma o fluxo de renda para o centro era assegurado. O substrato ideológico dessas práticas será explorado adiante. A falência do sistema de clientela não foi pouco influenciada pela interferência dos poderosos vizinhos do Império – Urarto, Elam e Egito. Tão cedo quanto no período 1b,

Urartu já havia tentado conquistar a lealdade de clientes assírios espalhados pelo norte da Síria e da Mesopotâmia. Isso continuou até o período 2b. o Elam no período 2 persistentemente providenciou suporte aos caldeus rebeldes da Babilônia, e o Egito, similarmemente, no período 2b encorajou e ajudou rebeliões entre os clientes da Palestina e do sul da Síria. Desse modo, a provincianização, e a atividade militar da qual dependia, podem ser vistas como respostas à influência e interferência desses poderosos corpos políticos fronteiriços dos territórios controlados pelos assírios. Esses Estados queriam frear a expansão assíria, nem que fosse pela simples vontade de proteger os seus próprios interesses econômicos nas regiões respectivas. A desestabilidade política também colocaria em cheque a integridade do Império. Esses corpos políticos podem muito bem ter imaginado que clientes assírios leais e estáveis poderiam se tornar postos avançados para invasões imperialistas contra seus próprios territórios. De qualquer maneira, a Assíria os atacou, apesar de que, aparentemente, seu objetivo era fazer cessar as interferências dos rivais, e não a subjugação e incorporação deles como parte do Império. Apesar de reis no período 2b terem conquistado incursões militares de sucesso para dentro do Egito, com Ashurbanipal até mesmo alcançando o sul de Tebas, o Egito nunca foi subjogado em qualquer sentido mais firme. A autoridade assíria na região se limitou a fazer de reis do Delta seus clientes.<sup>75</sup> Uma longa guerra de fronteira com Urartu foi travada no período 1c, se estendendo até o 2b, até Sargão II obter sucesso em uma invasão dentro do território de Urartu, estabilizando a fronteira.<sup>76</sup> Já no caso do Elam, Ashurbanipal (período 2b) conseguiu lançar um ataque de sucesso contra a capital Susa, afirmando tê-la saqueado, porém ele logo deixou o território, não expressando nenhuma vontade de incorporá-lo. Hallo parece estar correto ao afirmar que no período 2b “o poder assírio estava de fato se aproximando o limite natural de suas capacidades, e as investidas que eram agora feitas em regiões mais distantes, como a Pérsia (Elam), Anatólia central (Urartu), ou o Egito eram ou repelidas ou somente sucessos temporários.”<sup>77</sup>

Qual eram os benefícios de clientes que se aliavam a um vizinho poderoso contra a Assíria? Apesar de não haver evidência direta, essas grandes potências deveriam oferecer termos que pareciam favoráveis às elites locais. Em ambas as regiões sul babilônicas e sírias, a oferta parece ter sido de independência, apesar que o Egito e o

---

<sup>75</sup> Spalinger 1974a, 1974b.

<sup>76</sup> Barnett 1982: 333-65.

<sup>77</sup> Hallo e Simpson 1998: 137.

Elam, respectivamente, podem ter esperado mais em troca de seu investimento militar do que um simples basta na expansão assíria. Na Síria do Norte, existe evidência de que, pelo menos em alguns casos, Urartu exigiu, sob ameaça militar, que alguns clientes assírios transferissem suas obrigações de clientela para eles. Os clientes se encontravam em uma situação complicada, onde toda alternativa de ação acabaria por despertar agressões de algum lado. Eles não precisavam somente avaliar os supostos benefícios de aceitar ajuda, rompendo com a Assíria, se realinhando com algum vizinho poderoso, mas também deviam julgar a força militar e disposição do possível aliado para enfrentar a retaliação assíria, que com certeza viria. No final das contas o Elam acabou se provando um aliado confiável para a Babilônia caldeia, enquanto o Egito acabou sendo literalmente inútil para seus aliados no sul da Síria e na Palestina. Fica claro então a alta periculosidade do jogo político de se aliar a outras potências, traindo a Assíria. Os ganhos potenciais eram condições mais favoráveis de clientela (uma vez que nenhum dos Estados da Sírio-Palestinas era capaz de evitar totalmente a submissão ao sistema), que poderia inclusive assumir formas parecidas com “independência”. O risco era extermínio político através da provincianização. Todos os clientes optaram pelo primeiro status, porém a maioria deles passaram pela segunda situação, até o fim do período 2b.

No período 2b, a Assíria havia, basicamente, superado todos os seus potenciais rivais e estabilizado a organização política do Império, com a exceção da Babilônia, que se provou um problema intratável (o qual abordaremos na próxima seção). É por essa razão que Hallo adota a terminologia de *pax assyriaca* para o período 2b.<sup>78</sup> Culturalmente, economicamente, e territorialmente, esse foi o zênite do Império. A agricultura havia sido amplamente expandida, e montantes vastos de riqueza foram investidos em projetos monumentais de construção na pátria Assíria e em demonstrações de arte nos palácios, enquanto o sistema provinciano entregava com sucesso os impostos, e a força de trabalho, necessários para que a Assíria alcançasse seus objetivos.

O relacionamento entre famílias da elite, governadores provinciais, clientes, e o rei é evidenciado em um interessante conjunto de textos conhecido como Tratador de Vassalagem de Esarhaddon.<sup>79</sup> Estes não são tratados de clientela no sentido comum, mas acordos de obrigação dos grupos nomeados anteriormente para que apoiem a sucessão ao

---

<sup>78</sup> Hallo e Simpson 1998: 134.

<sup>79</sup> Wiseman 1958; Watanabe 1987; Parpola e Watanabe 1988.

trono de Ashurbanipal, filho e herdeiro de Esarhaddon (período 2b). Sargão II, avô de Esarhaddon, tinha usurpado o trono, apesar de ser membro da família real, e existem indícios de que Esarhaddon não era a primeira opção sucessória de seu pai. Seu pai, Sennacherib, havia sido assassinado em uma conspiração palaciana.<sup>80</sup> Como a sucessão ao trono estava potencialmente ameaçada com esse tipo de problema, ainda mais no auge do poder do Império, Esarhaddon quis assegurar a posição de Ashurbanipal antes de sua morte. Ele usou deste instrumento legal para garantir como forma de obrigação o apoio de toda a elite dirigente do Império.

### 3.5. Período 3

A rápida queda da Assíria, de seu zênite sob Ashurbanipal (668-631) até sua derrota nas mãos dos medos e dos babilônicos (612-605), por muito tempo eludiu os historiadores.<sup>81</sup> As fontes são escassas e problemáticas. No fim da década de 620, a Babilônia mais uma vez forçou sua independência em relação à Assíria. Por muito tempo se pensou que alguma fraqueza militar ou organizacional possa ter sido explorada pelos inimigos da Assíria, mas o que parece ter ocorrido foi a simples incapacidade assíria em lidar com dois ataques simultâneos, em frentes diferentes, de dois fortes inimigos, principalmente vindo de direções menos preparadas para defesa (o Sul e o Leste). O fato de a Babilônia ter sido capaz de se tornar tão militar e economicamente forte, ao ponto de desafiar a pátria assíria coloca em evidência uma seria inadequação do governo assírio da Babilônia e a incapacidade do governo central em integrar totalmente a Babilônia no Império. Sobre isso, a Assíria pode ter se feito vítima da visão privilegiada que tinha da Babilônia e de sua cultura, manifestada não só nos privilégios que tinha dado às antigas cidades babilônicas. É digno de nota que o sistema administrativo provinciano tenha permanecido no mesmo lugar, herdado pelos babilônicos que continuaram a usá-lo com máximo efeito, como também fizeram os Persas Aquemênidas mais tarde. A força geral desse sistema pode ser observada na facilidade com que cada força política assumiu o controle, sem passar por nenhuma fragmentação significativa do território. O Império, portanto, não acabou. Ao invés disso, seu centro simplesmente se deslocou para o alto Tigre no sul da Babilônia, discutivelmente continuando sob os persas com seu centro deslocado ainda mais para leste.

---

<sup>80</sup> Parpola 1980.

<sup>81</sup> Zawadski 1988; Oates 1991; Machinist 1997.

#### 4. Construindo “Assíria”: Ideologia Imperial, Organização Administrativa, e Técnicas de Controle Imperial

Um tópico que tem sido de considerável interesse para os estudantes do Império NA é a ideologia do imperialismo assírio. Os anais e outras inscrições reais, junto de representações artísticas nas paredes de palácios assírios, mostrando batalhas vitoriosas e o rei recebendo pessoas subjugadas, com seus tributos, servem de base para essa análise. Uma coleção de temas foi identificada: ideologia monárquica; a legitimidade da atividade real de subjugar terras estrangeiras e se apropriar dos excedentes; o domínio do deus Ashur (= Assíria) trazendo “ordem” a nações em desordem (ou seja, fora do controle assírio); definindo “Assíria”; e a visão dos estrangeiros.<sup>82</sup> Tais temas estão interligados e são intimamente relacionados a modos de organização imperial e construção de identidade imperial.

Em geral, o ganho econômico tem sido entendido como o principal motivador da expansão territorial assíria. A elite governante buscou organizar território e população em função de seu próprio ganho econômico, para maximizar produção agrícola através de um uso mais eficiente da força de trabalho e de terras para cultivo recentemente disponibilizadas, para aumentar o fluxo de bens de luxo e matéria prima para o centro, e para manter os custos de manutenção do império os mais baixos possíveis, através da diminuição da ameaça de revoltas internas. Como era administrativamente organizado o império, a fim de alcançar tais objetivos? Basicamente, era através da mistura de um sistema direto e indireto de governo. Governo direto tomava a forma de incorporar território no sistema provincial assírio com um administrador assírio como governador. Governo indireto era resultado de uma tradicional forma de relações internacionais entre governantes politicamente superiores e inferiores. Esse é o sistema de vassalos, ou sistema de clientela.

Enquanto sem dúvidas é verdade que motivo econômico movia aspirações imperiais, chama a atenção que textos assírios, particularmente os anais e a literatura de corte focada em ideologia monárquica, apresentam grande preocupação em legitimar tanto as formas diretas, quanto as indiretas da dominação assíria. Como mencionado no panorama histórico, é possível justificar a expansão territorial inicial (períodos 1a e 1b)

---

<sup>82</sup> Liverani 1979; Cifarelli 1998.

com base em precedentes históricas: aquelas terras estiveram sob o controle assírio durante o período MA. Além, textos assírios expõe uma ideologia imperial que afirma que Ashur era a divindade que comandava todas as outras, e, como corolário, a realidade política na Terra deveria ser que todas as pessoas devem reconhecer a soberania do representante de Ashur, o rei da Assíria. Para esse fim, ao rei era atribuído em sua coroação o dever de “estender as fronteiras” da Assíria.<sup>83</sup> Territórios além do controle assírio eram entendidos como em estado de desordem, espaços do caos, que não se alinhavam a conduta apropriada. Tendo o dever de trazer mais pessoas para a sombra de Ashur, o rei assírio era o divino agente da ordem no mundo.<sup>84</sup>

O superior militar no qual se baseou a hegemonia assíria era, portanto, reflexo da vontade de Ashur e de seu mandato divino de trazer mais territórios para seu controle. A expansão assíria foi consolidada em termos morais e éticos: essa certo e próprio que povos vizinhos se submetessem ao jugo assírio, uma circunstância sancionada pelos deuses. O Império Assírio estava trazendo para a realidade política terrena a ordem que havia obtido no reino celeste, onde os deuses de todas os povos e Estados do leste asiático reconheciam Ashur como seu senhor. Resistência à dominação assíria, então, resistência à vontade divina, a marca maior de merecimento de severa punição.

Essa ideologia serviu como importante ímpeto para e legitimação do imperialismo assírio.<sup>85</sup> Em seu íntimo, ao lado do deus Ashur, estava o rei assírio. Tradicionalmente, o rei assírio era um funcionário religioso; pelo menos seu título no período da Velha Assíria (início do segundo milênio), “vigário de Ashur”, o marcava como tal. Outro título comum era o de “administrador de Ashur” (anteriormente traduzido como “sacerdote de Ashur”), o que provavelmente tem conotações de culto, uma vez que o rei detinha definitiva responsabilidade administrativa pelo culto de Ashur e de outras divindades estatais. Seu papel como administrador de culto talvez tenha sido de fato símbolo de seu controle sobre o Estado como um todo, partindo do pressuposto de a Assíria ser entendida como domínio de Ashur. Tecnicamente, era o deus quem governava sobre a terra, sendo sua vontade divina implementada por seu executivo, seu “administrador”. É somente no período MA, provavelmente em resposta a necessidade de se apresentar como igual perante os outros “Grandes Reis”, que se torna possível observar uso consistente do termo “rei” para o

---

<sup>83</sup> Tadmor 1999: 55-56.

<sup>84</sup> Maul 1999.

<sup>85</sup> Oded 1992: 163-76.

governante assírio. Esse clube dos “Grandes Reis” do oeste asiático, durante a metade do segundo milênio, reconhecia seus membros como iguais politicamente, assim como parceiros comerciais e potenciais competidores, eles se chamavam de “irmão”.<sup>86</sup> O critério básico para fazer parte era deter controle sobre territórios fora de sua terra natal, o que acarretava reconhecimento de seu status pelos outros membros do grupo. Como no caso do Egito e do Hatti, essa soberania poderia ser expressa por meio de submissão de Estados vizinhos, o reconhecimento de reis menores da autoridade do Grande Rei. Submissão era ratificada através de tratados de vassalagem e de juramentos. Os reis assírios MA se juntaram ao clube dos Grandes Reis não através de tratados de vassalagem, mas sim pela ocupação e provincianização de territórios a oeste e sudoeste de sua pátria mãe, de onde eles haviam expulsado o jugo de Mitanni.<sup>87</sup> Essas relações de “irmandade” entre politicamente iguais e de vassalagem de reis menores eram os mecanismos através dos quais as relações internacionais eram travadas no período.

Assumindo que reaver controle sobre territórios fronteiriços da pátria mãe pelos Grandes Reis MA foi o ponta pé inicial da expansão assíria, é digno de nota que no período 1b tal área contasse tanto com exemplos diretos (provincianização), quanto indiretos (clientela), de domínio. Na realidade, alguns dos Estados independentes que se desenvolveram no oeste da pátria assíria durante a chamada idade das trevas eram simplesmente remanescentes do sistema provincial MA, onde os governadores estabeleceram dinastias independentes como resultado de um centro fraco. Para a Assíria, o resultado do domínio indireto era o mesmo do domínio direto, a não ser pelos vestígios de independência de que detinham os Estados clientes. No nível econômico, interesses assírios eram satisfeitos através do pagamento de tributos e de arranjos privilegiados de comércio. De certa maneira, ser um rei cliente era parecido com ser um governador provincial. Governadores também proferiam juramentos de lealdade ao rei, e em troca o rei os concedia não só poder político sobre um território, mas também privilégios e recompensas econômicas.<sup>88</sup> Se considerarmos que reis clientes estavam em um nível administrativo similar e detinham responsabilidades similares para com o rei assírio, poderíamos concluir que o império era governado por uma elite administrativa, alguns assírios, alguns nativos, todos inscritos na ideologia imperial assíria, ligados ao rei através de um sistema de juramentos, obrigações mutuas, e responsabilidades. Assim como o rei

---

<sup>86</sup> Liverani 1990.

<sup>87</sup> Harrak 1987.

<sup>88</sup> Postgate 1969.

assírio era o vice-regente de Ashur, os reis clientes e governadores provinciais serviam e representavam o rei assírio, defendendo os interesses imperiais. A ideologia imperial agia como mecanismo de coesão para o império, a nível de sua elite. Como veremos, ela também justificava a erradicação de Estados governados por clientes recalcitrantes e sua incorporação ao sistema provincial.

Ao mesmo tempo em que é possível identificar similaridades entre os cargos de governador e cliente, dentro do sistema administrativo provinciano, existem diferenças importantes que nos ajudam a focalizar nossa atenção sobre o problema do tipo de Estado que o imperialismo assírio estava formando. As províncias tinham suas instituições políticas locais substituídas por governadores assírios, normalmente membros das famílias assírias de maior proeminência. Sua escolha era um ato de generosidade política que também servia aos interesses reais, uma vez que o apoio de tais famílias era o que dava suporte à posição do rei. Estados clientes mantinham seus governantes e instituições políticas. A relação de clientela era também uma forma de benesse, porém construída sobre os moldes das relações internacionais do segundo milênio em que o “Grande Rei” aceitava honrarias (em forma de tributo, presentes e subserviência) dos reis menores, de acordo com seu direito. A inovação da ideologia monárquica NA foi que o rei assírio não era mais *um* Grande Rei dentre um grupo de “irmãos”, mas sim *o* Grande Rei. Foi apenas ao rei assírio que Ashur, supremo entre os deuses, concedeu autoridade para governar. Na ordem divinamente instituída das coisas (ideologia imperial) era apropriado que reis menores reconhecessem o Grande Rei; além, do rei assírio era esperado que os fizesse submeter. O caráter do relacionamento entre o cliente e o Grande Rei vinha diretamente da ideologia monárquica assíria, o que reforçava os status relativos de ambas as partes. Em resposta a submissão, o rei assírio, como representante de Ashur, confirmava e legitimava o governo do parceiro júnior, se comprometendo em apoiar a linhagem real contra usurpadores e defendendo a integridade territorial do reino contra avanços estrangeiros. O rei assírio agia como protetor da boa ordem no reino que havia se submetido ao controle (indireto) de Ashur. O rei cliente reconhecia que sua legitimidade derivava daquela do rei assírio e era dependente de manter boas relações com ele como servo fiel. Os dois reis formavam um pacto ou relacionamento político com obrigações mútuas. Era, com certeza, uma relação política e economicamente desigual. Ainda assim, pode ser descrita como relação recíproca: o cliente dava ao rei assírio tributos, lealdade,

aderência aos objetivos imperiais, e o rei assírio devolvia legitimidade, cargo de governo, e promessas de proteção.

Ao assumir suas obrigações com seu cliente, o rei assírio exercia responsabilidades reais, assim como fazia na pátria assíria. Isso nos indica que o reino cliente poderia ser entendido como parte da “Assíria”. Se a Assíria era o domínio do rei Ashur, então os reinos clientes se encontravam dentro desse domínio, apesar de serem de status ou categoria diferente daquela da pátria ou das províncias. Essa diferença não é somente evidente na forma de liderança administrativa – reis clientes locais versus governadores provinciais assírios – mas também é reforçada na linguagem usada para descrever suas relações econômicas com o centro. Províncias (inclusive a pátria) pagavam impostos ao tesouro assírio que são descritos com uso de vocabulário bastante distinto daquele usado para descrever os tributos e presentes pagos ao rei assírio pelos reis clientes. Presentes e tributos refletiam o reconhecimento da soberania assíria, ao invés de serem um imposto sobre alguma província como parte da Assíria. Desse modo “Assíria” pode ser entendida de diversas maneiras. O termo pode se referir à pátria ou à pátria somada de suas províncias. Porém seu significado pode também englobar os Estados clientes, nos parece. Quando historiadores escrevem “o Império Assírio”, tais Estados clientes estão sempre em mente. É importante considerar, porém, como o status desses clientes dentro do “Império” Assírio torna de certa forma complexo o caráter desse emergente corpo político.

A fim de cumprir seu dever de “estender as fronteiras” do domínio de Ashur, o rei assírio se apoiava no modelo das relações internacionais do médio segundo milênio, no qual Estados independentes entravam, voluntariamente ou não, em um relacionamento político submisso com a Assíria. Outros territórios eram automaticamente incorporados ao sistema provincial assírio. Assim, o “império” era constituído da pátria rodeada de uma rede de províncias e reinos clientes de tamanhos variados. Em respeito aos Estados clientes, talvez não tenha sido um “império”, uma vez que eles eram semi-independentes, com suas instituições políticas locais. Eles tinham, porém, memória viva de um dia terem sido corpos políticos autônomos. Eu suponho que a questão gire em torno de como enxergamos o relacionamento senhor-cliente ao estilo NA. Na medida em que Estados eram provincianizados, eles passavam a se qualificar como possessões imperiais, ainda que muito do território leste do Eufrates tenha sido originalmente parte do domínio assírio (período MA) e do ponto de vista assírio jamais deveriam ter conquistado independência.

Esse sistema misto de domínio direto e indireto é consonante com muitos estudos sobre imperialismo moderno, que incluem tanto domínio direto quanto indireto em sua definição de império.<sup>89</sup> Mas por qual razão alguns territórios eram imediatamente provincianizados enquanto outros eram feitos de clientes? A resposta infelizmente não é tão simples quanto identificar as reações desses corpos políticos às pretensões hegemônicas assírias: àqueles que se submetiam era permitido se tornarem clientes, enquanto aqueles que resistiam eram transformados em províncias. As evidências do anais e listas de províncias mostram que alguns daqueles que inicialmente não estavam dispostos a reconhecer a Assíria tiveram um governante favorável colocado no trono, se tornando clientes, enquanto alguns territórios submissos se tornaram províncias. Além, deveríamos nós enxergar talvez a provincianização durante o período 1 de um número crescente de territórios anteriormente sob controle assírio como uma tentativa de criar uma “Grande Assíria”? Ou seja, deveria isso ser entendido como um ato formativo de um Estado ao invés de um império? E se sim, quais os limites de um Estado? Deveria ser traçada uma distinção entre os territórios oeste do rio Habur (centro norte da Mesopotâmia) e aqueles ao leste – os primeiros estando além dos limites do Estado propriamente dito, enquanto os segundos foram anexados a uma pátria assíria expandida? Tal consideração se torna ainda mais desafiadora dada a extensiva provincianização dos territórios entre o Habur e o Eufrates (ou seja, os territórios ao oeste do Habur) no que parece ser uma “Grande Assíria” ao final do período 1b. Certamente, essa “Grande Assíria” pode não ter se mantido unida durante o período de fraqueza central no período 1c, mas é a realidade política que foi imediatamente reinstaurada no período 2a. No período 2a, o sistema de clientela foi estendido para englobar toda a Sírio-Palestina. Através dos períodos 2a e 2b, praticamente todos esses Estados foram provincianizados em resposta a um estado persistente de rebelião. Como, então, deve ser entendida a mudança de status de muitos desses reinos da Sírio-Palestina de cliente para província no período 2? Se a incorporação de províncias oeste do Habur (ou também leste do Eufrates?) pode ser considerada a formação de uma Grande Assíria e talvez refletir o processo de formação estatal, poderia a incorporação dos clientes sírio-palestinos como províncias ser lida de forma similar? Ao discutir como a organização administrativa refletiu e reforçou o entendimento de identidade imperial em desenvolvimento, nós precisamos considerar que o período 2 oferece clara evidencia da Sírio-Palestina de como

---

<sup>89</sup> Howe 2002: 15-16;

corpos políticos subjugados transitavam do status de cliente para o de província, de como a apropriação de pessoas e terras era justificada, de como territórios e povos eram vistos, e de como eles eram integrados no império. Para colocar em evidência a complexidade da visão assíria dos territórios subjugados, a discussão justapõe o tratamento dos Estados da Sírio-Palestina com o dos Estados da Babilônia. É para a consideração do papel dos Estados clientes no período 2 que agora direcionamos nossa atenção.

A Sírio-Palestina estava sem dúvidas fora da Assíria. Ocasionalmente, reis do período MA marcharam para o oeste, em direção ao Mediterrâneo, coletaram presentes de governantes locais, erigiram estelas celebrando os sucessos, este último talvez sinalizando o limite nominal do domínio de Ashur. Reis assírios do período 1b também agiram dessa forma. As ambições territoriais assírias no período 1b (especificamente, durante o governo de Shalmaneser III) podem ter sido focadas no controle do norte da Síria, mas coalizões temporárias de Estados sírio-palestinos resistiram com sucesso aos avanços militares assírios. No período 2a, tempo em que o território leste do Eufrates já havia sido provincianizado, um esforço organizado foi feito pelos reis assírios para trazer a Sírio-Palestina para dentro do domínio assírio. Qual a razão disso? Ganho econômico e ideologia monárquica mais uma vez aparecem como as principais razões. O motivo econômico é obvio o suficiente. Como região costeira mediterrânea, a Sírio-Palestina tinha um clima diferente e, conseqüentemente, produzia outros produtos agrícolas, em relação ao restante do território controlado pelos assírios. Mais significativa, porém, era o papel das cidades fenícias como centros de comércio, o que atendia às demandas assírias por bens de luxo. Através desses centros, o império podia controlar o comércio mediterrâneo.<sup>90</sup> Ideologia monárquica aparentemente figura na necessidade de reis sucessivos em “estender as fronteiras” da Assíria. Obter sucesso nisso fazia de um rei “bom”, obediente à vontade de Ashur, e é possível que a elite assíria esperasse isso de seus líderes. Reis deveriam então empreender sucessivas campanhas a fim de reter o apoio de suas elites, que também enriqueciam a partir de tais atividades, sem dúvidas.

No período 2, os Estados sírio-palestinos subjugados pela Assíria, alguns voluntariamente, a maioria expressiva involuntariamente, foram todos transformados em clientes. Se tornar cliente era o mesmo que adentrar a órbita política e econômica da Assíria. Era reconhecer a Assíria como sua senhora, a quem respeito era devido em forma

---

<sup>90</sup> Frankenstein 1979; Sherratt e Sherratt 1993; Aubet 2001.

de tributo anual; era também reconhecer a legitimidade da soberania assíria em termos articulados pelos próprios assírios: que Ashur, o grande senhor, o senhor de todos os deuses (inclusive dos deuses dos territórios clientes), tinha comissionado o rei assírio como subintendente aquela terra, de acordo com os próprios deuses de lá. Os clientes eram vinculados ao rei assírio por juramentos proferidos em nome tanto dos deuses locais, quanto assírios. Isso fazia da relação divinamente sancionada, ainda que na prática fizesse também do cliente um Estado não mais soberano. A legitimidade do rei local agora dependia de sua lealdade ao Grande Rei, o que em si era construído como um ato de obediência aos próprios deuses locais. Assim como os deuses locais serviam a Ashur, divindade imperial, deveria também o rei local servir ao vice-regente de Ashur, o rei da Assíria. Se o juramento fosse quebrado pelo não pagamento do tributo (= rebelião), era justificada aos assírios a tomada de ações drásticas contra os autores de tal ofensa contra seus próprios deuses.

A razão ideológica pela não inclusão imediata de tais corpos políticos no sistema provincial pode ter sido o respeito pelos deuses locais. Tais deidades não haviam ofendido Ashur e, a princípio, haviam cumprido seu papel no reino celeste, onde todas as coisas eram realizadas de acordo com a boa ordem. Assim, na terra, esses Estados recebiam a oportunidade de servir o vice-regente de Ashur, o rei assírio (serviço marcado pela entrega anual de tributo). Se assim o fizessem, tudo certo e acordado. Mas em caso contrário, então teriam ofendido o ordenamento divino e seus próprios deuses. Isso explica em certo nível o confisco de estatuas de culto locais de cliente recalcitrantes. Se um povo não soubesse como honrar sua divindade através do respeito aos juramentos proferidos em seu nome, então certamente aquela cidade deveria ser trazida para o cuidado assírio. Assim, o rei assírio afirmava ter sido contatado pelo deus daquele povo para que os punisse por terem quebrado juramento. A retirada da divindade de seu templo não era uma marca de desrespeito; ao invés, era interpretada como realização da vontade do próprio deus – ele ou ela desejava ir à Assíria, prestar homenagem à Ashur. Era dito que a divindade local havia abandonado seu povo, em função da afronta de violação do juramento, e permitido a captura do reino pelo exército assírio, a substituição da monarquia, e o transporte da estátua para a Assíria, onde seria apropriadamente cuidado. (E assim como a divindade era levada para a Assíria ou outro lugar do império, também poderia seu povo segui-la em exílio). A captura das imagens divinas dos vassallos rebeldes

e a destruição de seus templos eram, portanto, entendidas como punição pela recusa a se submeter à Ashur e seu rei.

Existe um antigo debate sobre se os clientes eram obrigados a cultuar os deuses assírios, como gesto de submissão e tentativa de os “assirianizar”. A opinião corrente é contrária a tal imposição.<sup>91</sup> Estados clientes, diferentemente de províncias do norte da Mesopotâmia, eram poupados da interferência religiosa assíria direta, ainda que pagamento de tributos e juramentos fossem requisitados como demonstração de lealdade ao senhor assírio. Os assírios permitiam aos cultos locais que continuassem mesmo após a captura das imagens divinas.<sup>92</sup> Que esse era o caso mesmo em territórios provinciais é atestado em II Reis 17:24-34, onde o culto de Yahweh é oficialmente sancionado no território que antes era o reino de Israel. Pessoas deportadas para lá também podiam continuar a celebrar seus próprios deuses. A ameaça de destruição de santuários e captura de imagens de deuses era uma importante ferramenta de manutenção das relações entre os Estados clientes e os monarcas NA. Eles não comandavam a destruição de templos e objetos de culto dos povos subjugados.<sup>93</sup> As imagens de divindades menores até poderiam ser destruídas, mas as de deuses principais, junto de outros objetos religiosos, eram movidas para a Assíria. Lá elas eram normalmente tratadas com respeito e posicionadas em santuários da pátria ou de territórios adjacentes. Uma das razões do sequestro era impor novos juramentos aos subjugados, que se realizados garantiriam o retorno do objeto.<sup>94</sup> Templos eram destruídos e imagens divinas destruídas e/ou removidas nos territórios que se recusavam a submeter ou em Estados vassalos rebeldes, especialmente quando o exército assírio encontrava resistência em sua chegada. Porém, essa não parece ter sido uma política consistente, uma vez que existem casos de territórios que não sofreram a perda de suas imagens divinas e templos. A partir de Tiglath-pileser III (período 2a), Estados da Sírio-Palestina sofreram esse destino somente quando se provaram vassalos consistentemente recalcitrantes.<sup>95</sup>

De modo ostensivo, enquanto os povos subjugados eram responsáveis pelos seus próprios cultos locais e nacionais, o rei da Assíria era o responsável final por todos eles.

---

<sup>91</sup> Cogan 1974: 42-110; McKay 1973: 60-66; Cogan 1993; Holloway 2002; contra Spieckermann 1982.

<sup>92</sup> Cogan 1974: 33-34.

<sup>93</sup> Cogan 1974: 9-41; Holloway 2002: 123-51 para uma discussão sobre o caráter e o propósito da destruição de santuários e do sequestro de imagens divinas no Império Neo-Assírio.

<sup>94</sup> As vezes marcada com uma inscrição “como visível lembrança da soberania da Assíria”; Cogan 1974: 36.

<sup>95</sup> Donner 1977: 418-21.

As inscrições reais de Esarhaddon e Ashurbanipal (período 2b) não falam somente da normalização e regulamentação dos cultos e centros de culto assírio-babilônicos, como também incluem referências à repatriação de divindades estrangeiras capturadas (ou seja, divindades fora da esfera de culto assírio-babilônica) e o reestabelecimento de oferendas regulares e renda para esses cultos estrangeiros.<sup>96</sup> Existe também uma referência à restauração de santuários de divindades estrangeiras. Esarhaddon afirma ter proclamado uma anistia geral para todos os deuses que haviam sido capturados pela Assíria:

[Eu sou ele] que retornou os deuses pilhados dos países da Assíria e do Elam para seus santuários, que os permitiu permanecer em quarteirão confortáveis até a ele completar tempos [para eles], e pode repousar os deuses em tronos para morada eterna. Em todos os centros de culto, [fui] eu, quem estabeleceu os acessórios necessários.<sup>97</sup>

O resultado de ações militares de restauração da ordem divina em territórios clientes rebeldes normalmente era a incorporação deles ao sistema provincial assírio, a segunda categoria de administração, com uma atestada perda de autonomia. Povos que se rebelavam eram vistos como criminosos contra a ordem divina e, então, deveriam ser severamente punidos. Seus líderes locais tinham aberto mão do direito de governar o território, e, em nome da boa ordem e o bem-estar dos deuses e do povo, o território deveria ser governado diretamente por um governador assírio e incorporado ao sistema de províncias. Boa parte da população local deveria ser deportada e povos de outros lugares do império eram realocadas para lá. A religião era então claramente usada pelos assírios como ferramenta de subjugação, e os deuses assírios eram usados para esse fim. O uso dos deuses do próprio Estado cliente como ferramenta ideológica de controle, como parte das imposições da ideologia imperial assíria em repaginar o auto-entendimento nacional, pode também ser enxergado como uma forma de “assirianização”. A reivindicação de que o rei assírio era o protetor final da religião tanto nas províncias quanto nos Estados clientes minava o entendimento nacional tradicional da relação entre as divindades, e seus corpos políticos, e seus povos, e trazia a todos para dentro da visão de mundo assíria.

---

<sup>96</sup> Bedford 2001: 137-38; Holloway 2002: 238-319.

<sup>97</sup> Borger 1956: parágrafo 27 esp. 3, 24-25.

Como citado no panorama histórico (período 2a), os assírios aparentemente preferiam que os Estados oeste do Eufrates permanecessem em status de cliente. Essa forma de subjugação como tática administrativa expressava uma ideologia imperial assíria que inscrevia uma identidade e localização a esses Estados dentro da visão de mundo assíria. A mudança de status de cliente para província implicava também uma mudança na visão sobre o território e sobre o povo subjugado. O que antes era um Estado cliente com certa integridade política e econômica estava agora incorporado sob o controle direto assírio, assim como sua população. Este não era simplesmente mais um nível de integração administrativa no império; o território e o povo ocupavam espaços diferentes na visão de mundo assíria. Isso marcava um relacionamento diferente entre o império e o território, e povo, e movia o território para outra categoria. “Cliente” como identidade inscrita, com certas características, era substituído por “província”, uma outra identidade inscrita, com características diferentes. Aos clientes era permitido o direito de manter sua ideologia nacional e integridade territorial, e assim sua identidade “nacional”, mesmo que dentro do contexto do “universo simbólico” assírio. Mas assim que um território era incorporado ao sistema provincial, a declaração assíria era de que aquele território e aquele povo agora pertenciam ao Império Assírio. Essa se tornava então a justificativa ideológica para as deportações, uma vez que os povos subjugados passavam a ser, de certa forma, “assírios”, habitantes da “Assíria”, de modo que poderiam ser legitimamente movimentados por todos o território, carregando consigo seus deuses. Havia um outro objetivo, econômico, para essa prática. Na medida em que nossas terras de agricultura eram liberadas, inclusive algumas em regiões bastante remotas do norte da Mesopotâmia (duas colheitas completas em cinco anos), boa parte da força de trabalho dessas terras era composta por deportados de outros lugares do império. As populações das províncias passavam a serem vistas como força de trabalho para ser utilizada em projetos (geralmente projetos de agricultura, apesar de que existem também evidências de projetos de construção, como por exemplo novas cidades reais) que servissem às necessidades imperiais. Essa preocupação com o uso eficiente da força de trabalho era, algumas vezes, colocada de lado em nome de conveniência política: populações precisavam ser movidas de suas pátrias a fim de apaziguar rebeliões. Por outro lado, tais populações eram geralmente entendidas como as menos economicamente produtivas e, assim, eram normalmente empregadas áreas de plantio mais férteis (por exemplo, moradores urbanos não acostumados ao trabalho rural; arameus, caldeus, e outros nômades pastorais que não eram sedentários agrícolas e que, então, eram assentados para

que se tornassem). Seus status não eram os mesmos dos assírios “étnicos”, porém. O status legais desses deportados não era de “escravo”, mas de “trabalhador dependente”, já que eram presos a um território em particular. Postgate os enxerga como “hilotas”, pegando emprestado uma categoria aplicada ao oeste asiático por Diakonoff.<sup>98</sup>

Na medida em que Estados clientes eram transformados em províncias, populações e divindades não estavam mais vinculadas a um lugar particular, elas passavam a pertencer ao império como um todo. Ao quebrar o nexus tradicional de povo, lugar e deuses (governo divino), a elite assíria dissolvia as bases de existência nacional e identidade étnica, inscrevendo às populações subjugadas nova identidade. A deportação era um mecanismo de quebra e forja de novas identidades, já que pessoas de diferentes origens eram misturadas nos novos assentamentos. Assim, a deportação alcançava dois objetivos complementares da administração central: dissolver identidades nacionais e étnicas que ameaçavam dissolver o império (mesmo que o status de cliente buscasse unir todos esses corpos políticos sob um único “universo simbólico”), e legitimar o movimento de mão de obra dentro da Assíria para territórios onde ela pudesse ser melhor aproveitada. Até aqui, pelo que sei, a atitude sobre e o uso da provincianização e deportação foi uma inovação, nessa escala certamente. Essa tática também pode ser chamada de “assirianização”, se pelo emprego desse termo se pretender a transformação de povos daquilo que eram (ex. “israelitas”, “bit adinianos”) em “assírios”.

A provincianização era qualitativamente diferente da clientela tanto administrativamente, quanto ideologicamente. Considerando as evidências provindas das inscrições reais NA a respeito da incorporação de territórios e populações ao império, Machinist analisa algumas frases chaves como “contabilizado a/junto do povo da Assíria/minha terra”, “adicionado a fronteira da Assíria/minha terra/um distrito ou província particular da Assíria”, “Eu (= o rei) impus sobre eles meu jugo/o jugo de meu governo/o jugo de Ashur, meu senhor”, e a afirmação de ter imposto taxas aos povos subjugados “como assírios”, entre outros. Ele conclui que “os termos ‘Assíria’ e ‘assírio’, nas inscrições reais, não são realmente, ou pelo menos essencialmente, termos étnicos, mas sim políticos, definindo uma região e um povo que manifesta a obediência requisitada [a Ashur/o rei assírio].”<sup>99</sup> Isso, com certeza, não necessariamente sugere que “Assíria” não se referia também especificamente à pátria mãe Assíria, individualizando-

---

<sup>98</sup> Postgate 1979; Diakonoff 1974.

<sup>99</sup> Machinist 1993.

a em relação aos territórios subjugados ou que “assírios” se referisse especificamente aos habitantes nascidos na pátria mãe. Sobre esse último caso, “assírios” era geralmente uma designação étnica.<sup>100</sup> Talvez seja digno de nota, apesar de não ter chamado a atenção de Machinist uma vez que ele estava preocupado somente com inscrições reais, que nos textos administrativos NA, povos subjugados, incluindo aqueles deportados à pátria assíria, nunca eram chamados de “assírios”. Eles eram sempre denotados por suas designações étnicas ou por meio de referência a seus locais de origem. Apesar da evidência dos textos administrativos, as inscrições reais deixam claro que a elite assíria enxergava os povos subjugados e as terras, particularmente quando eles haviam sido incorporados ao sistema provincial, como “assírios” e “Assíria”, respectivamente. Os reinos sírio-palestinos, por exemplo, já haviam articulado identidades étnicas e “nacionais” que claramente faziam referência a uma identidade social e política vinculada a um lugar específico (o reino governado pelo rei local, de legitimidade divina) e um, ou mais, deus particular nacional.<sup>101</sup> A hegemonia assíria foi na contramão desse movimento, inicialmente ao impor o status de cliente e depois, de modo mais violento, ao transformar o Estado em província. Os assírios não eram consistentes no seu tratamento dos Estados da Sírio-Palestina. Os ganhos imperiais da provincianização deveriam sempre ser pesados ao lado das possíveis perdas. O claro exemplo disso são as cidades fenícias de Tiro, Sidônia e Biblos. Sua importância econômica para a Assíria era tamanha que elas nunca foram forçadas para dentro do sistema de províncias, pelo contrário, as foi permitido a retenção de um certo nível de auto-determinação como Estados clientes, mesmo após episódios de rebelião. A Babilônia oferece gritante contraste com a experiência dos Estados da sírio-palestina. Era entendido que a Babilônia dividia com a Assíria laços culturais de proximidade, contando com antigos e tradicionais templos dedicados a divindades cultuadas pelos assírios. Os assírios reconheciam a sua cultura como mais nova e, até certo ponto, derivada da babilônica. Assírios e babilônios falavam dialetos da mesma língua, e os assírios aprenderam com os babilônios a usar o sistema cuneiforme de escrita. A Babilônia foi efetivamente transformada em província no período 2a, reconquistando sua independência no período 2b com apoio elamita (reinado de Sargão II), para logo em seguida ser subjugada novamente (reino de Sennacherib). Os reis assírios tinham tamanho desejo de consolidar seu domínio na região que, mais de uma vez durante o período 2, um deles assumiu o trono da Babilônia e governou (talvez

---

<sup>100</sup> Smith 1986.

<sup>101</sup> Grosby 2002.

somente em nome) os dois Estados simultaneamente. A Assíria nunca realmente resolveu a questão de como governar a Babilônia. Quando Shamash-shuma-ukin, irmão de Ashurbanipal (período 2b tardio), se instalou como rei da Babilônia, uma sangrenta guerra civil eclodiu.

A Babilônia foi o único Estado subjogado em que o rei assírio reconheceu a legitimidade da monarquia local. Outros territórios recalcitrantes foram esmagados e tiveram suas famílias reais erradicadas, e mesmo que a cidade da Babilônia tenha sido destruída por Sennacherib em um acesso de frustração contra a população relutante, ela foi imediatamente reconstruída por Esarhaddon e Ashurbanipal, que afirmaram terem sido convocados por Marduk, deus da Babilônia, para restaurar normalidade de culto na Babilônia. Eles deram cabo de projetos de reconstrução nesse território conquistado e buscaram serem enquadrados como reis legítimos da Babilônia, não como usurpadores estrangeiros.<sup>102</sup> Para esse fim, eles não somente ordenaram a escrita de inscrições reais proclamando tal, como também adotaram o título de rei da Babilônia, como evidenciado por textos econômicos e legais escritos durante os reinados. Houveram também deportações (principalmente de arameus e caldeus), mas as inscrições reais deixam claro que a Babilônia era um local especial culturalmente e por isso deveria ser tratada com deferência. Isso marca uma concepção diferente da Babilônia como território dentro da orbita assíria de controle. Nominalmente, é de se esperar que o rei da Assíria fosse o rei de todos os territórios subjogados. Enquanto isso certamente era verdade, o que é importante notar é que em todas as outras localidades, que não fossem na Babilônia, o rei assírio ou reconhecia o rei local como cliente, assim mantendo-o no cargo, ou erradicava a monarquia de lá, substituindo-a por ele mesmo, governando através de um governador assírio. O rei assírio não se auto coroava rei de acordo com os ritos dos territórios subjogados. Essa consideração foi reservada somente à Babilônia. As tradições locais de legitimidade não foram deixadas de lado como aconteceu com os outros territórios que se tornaram províncias. Elas foram preservadas na Babilônia, e o rei assírio se esforçou para se legitimar através delas (apesar de que não em relação a todas; veja, por exemplo, sua ausência do *akitu* anual, no qual a presença do rei da Babilônia era requisitada, normalmente).<sup>103</sup> Seguindo a tradição dos reis da Babilônia, o status de *kiddinutu* das

---

<sup>102</sup> Frame 1992: 65-65, 67-78, 104-8, 111-13; Porter 1993.

<sup>103</sup> Kuhrt 1987: 40-46.

antigas cidades babilônicas, com seus tradicionais privilégios fiscais e legais, era reconhecido pelos assírios.<sup>104</sup>

As cidades babilônicas eram centros culturais e econômicos, de modo que não é surpresa, dada a atitude assíria em relação a Babilônia, que eles demonstrassem disposição geralmente positiva em relação a eles. Era politicamente benéfico que assim o fizessem. Arameus e caldeus tribais, que contavam com a Babilônia como base de seu poder, precisavam do apoio das elites urbanas e instituições (especificamente dos templos) para poder organizar rebeliões contra o domínio assírio. Ao longo de todo o período 2, eles tiveram certo sucesso em unir elite, habitantes urbanos e interesses regionais para resistir a hegemonia assíria. Os próprios assírios responderam agindo como reis babilônios autóctones. Esse posicionamento era deliberadamente voltado para as elites urbanas e instituições, a fim de minar a construção de coalisões entre os caldeus. Na batalha pelos corações e mentes das elites urbanas babilônicas, os caldeus foram os vencedores definitivos.

Ao fim do período 2, o império consistia principalmente de províncias ao longo do norte e sudeste da Mesopotâmia, Síria, e norte da Palestina. Os reinos do sul da Palestina, como por exemplo Judá, eram alguns dos últimos clientes que sobraram. A Babilônia transitava entre ser uma província, um reino governado por um rei assírio, e independência. O status administrativo dos territórios subjugados refletia suas relações particulares com o rei assírio e sua posição dentro do “universo simbólico” assírio. A ideologia de império foi impressa tanto nos assírios, quanto nos Estados subjugados, tendo em vista que para a elite assíria governante eles eram parte de um só sistema, mesmo que pertencentes a categorias diferentes. Estruturalmente, o império tinha forma parecida com a que já assumia ao final do período 1b. Ele era um nexus de pátria mãe, províncias, e clientes, porém agora com a inclusão da Babilônia, aparentemente assumindo uma categoria particular só sua. A questão de que tipo de corpo político era o Império Assírio permanece. Na realidade, a extensão do sistema provincial até a Síria exacerba o problema de definir “Assíria”, especialmente partindo da ideia de que as deportações para várias partes do império e a mistura étnica podem ser lidas como uma forma de formação estatal. É uma ideia problemática, porém, dado que povos provincianizados e os deportados não tinham o mesmo status dos assírios “nacionais”.

---

<sup>104</sup> Kuhrt 1995: 610-13; Holloway 2002: 293-302.

Para aumentar ainda mais a complexidade da questão, não é claro a exata definição do que seria um assírio “nacional”, de modo que se for realizada a partir do nascimento na pátria mãe (ou da descendência de alguém nascido lá), os limites de tal pátria são passíveis de debate. Minha suspeita é que, durante o período 2b, ele se estendia até o território ao leste do Habur.

Nessa seção eu enfatizei (1) aspectos da ideologia subjacente ao imperialismo assírio; (2) alguns dos mecanismos de controle, organização e integração do império; e (3) problemas em elucidar o caráter do corpo político que vinha sendo formado pelo imperialismo assírio; eu tentei mostrar como eles se interconectam. Me parece que o problema da integração assolava o império. É esse problema, sem dúvidas exacerbado pela extensão vasta (para a época) do alcance territorial, que constantemente requisitava a atenção dos governantes assírios, levava ao limite seu sistema de organização administrativa, e exercia seus poderes de coerção. O processo de integração de um império pode se provar uma das áreas que poderiam ser proveitosamente desenvolvidas com a pesquisa comparativa.

## 5. Conclusão: O Que o Império Neo-Assírio Traz de “Novo”?

Em seu estudo sobre o imperialismo próximo oriental, Michael Mann dedica a maior parte de sua atenção ao terceiro milênio tardio, império de Sargão de Acádia.<sup>105</sup> Isso é compreensível, não só por esse ser o mais antigo dos “impérios”, mas também pois permite a Mann que apresente sua estratégia interpretativa para esse e subsequentes impérios. O que me surpreende, porém, é que ele dedica comparativamente pouco espaço (somente algumas sete páginas) para o muito melhor documento Império NA. De qualquer modo, já que ele abordou ambos impérios, surge para mim a oportunidade de relacionar minha discussão desse capítulo ao seu trabalho, refletindo sobre a relação entre o NA e impérios oeste asiáticos anteriores.

Em seu estudo sobre o império de Sargão de Acádia, Mann elucida as quatro principais estratégias de desenvolvimento da dominação genuinamente imperialista: domínio através de clientes; controle direto sobre o exército; “cooperação compulsória” (indicando “que desenvolvimento econômico e repressão podem andar juntos”, com os

---

<sup>105</sup> Mann 1986: 130-78.

benefícios econômicos dependendo “da provisão de certos serviços repressivos e uniformes por parte do Estado”: 153); e o desenvolvimento de uma cultura comum de classe dominante (onde o lugar da religião como “ideologia de poder” é reconhecido, dando nota ao seu papel no desenvolvimento de “uma comunidade de classe dominante”). Mann sustenta que, geralmente, as duas primeiras estratégias dominaram nos primeiros impérios, com o equilíbrio transitando para as duas últimas até a época do Império Romano. Nos parece que o império de Sargão de Acádia enfatizava o domínio através de clientes e o comando direto sobre o exército, mesmo que elementos de cooperação compulsória e cultura comum de classe dominante pudessem ser detectados. Por comparação, o Império NA foi marcado por uma estratégia que “combinava governar através do exército e um grau de cooperação compulsória, com um ‘nacionalismo’ de classe dominante difuso em seu âmago” (231). Mann comenta sobre esse império que “a ‘opção militar’ [era] perseguida até os limites mais ferozes conhecidos em nossas tradições históricas”, marcada por extensas conquistas, o controle de povos subjugados “através de ameaça e o uso ocasional de impiedoso militarismo”, e deportações (234). A cooperação compulsória resultou em uma porção de benefícios econômicos através do gasto na construção de palácios, cidades reais, e outros centros administrativos, através do investimento na provisão de artigos de agricultura, e através do armazenamento de reservas de grãos. Enquanto essas duas estratégias têm muito em comum com aquelas dos primeiros impérios, pra Mann o Império NA introduz um novo elemento: “uma forma de ‘nacionalismo’” (235). Ele não é “uma ideologia coesa que se espalha verticalmente através de todas as classes da ‘nação’”, uma vez que a Assíria era uma sociedade hierarquizada demais, diferente dos gregos, os quais o nacionalismo “dependia de dura equidade e uma medida de democracia política”. Foi somente a classe dominante assíria – nobreza, donos de terra, mercadores, oficiais – que, junto do exército, se conceberam como pertencentes a mesma nação. “*Eles* parecem ter participado de uma ideologia comum, uma comunidade normativa que se difundia igualmente por toda a classe superior” (235, ênfase do autor). “Sua comunidade parece ter terminado abruptamente nos limites do que era entendido por nação Assíria, consignando todas as províncias externas a um status claro de subordinação. Isso provavelmente foi a mais inovadora técnica de governo, contribuindo para a coesão do centro do imperial. Poder ideológico como imanente *moral de classe dominante* parece fazer sua apresentação histórica mais clara até agora nessa narrativa” (235, ênfase do autor, cf. 160-1). Assim, com a

emergência do “nacionalismo”, “mais difuso, fontes universais de identidade social se desenvolveram às custas de outras mais particularistas, locais” (236).

Concordo com Mann que nós observamos o emergir de um sentido assírio de identidade nacional no período NA, porém acredito que isso talvez se estenda mais profundamente na sociedade assíria do que ele permite. Seja como for, o que a análise de Mann deixa passar, e o que eu tentei enfatizar nessa dissertação, é o uso da ideologia imperial para integrar os povos subjugados dentro do “universo simbólico” assírio. Mann está certo em reparar que a elite governante assíria enxergava os povos subjugados e os territórios de forma diferente da qual olhavam para a Assíria e para os assírios “étnicos”, mas é significativo que essa ideologia de classe governante também articulou os meios pelos quais vários tipos de povos subjugados se relacionaram e se assentaram dentro do império. Essa ideologia foi difundida por todo o império, pelo menos a nível das elites.

Seria possível então entender o sistema de clientela não somente como um exemplo de governo através de uma elite conquistada (como nos impérios anteriores), mas como um meio, articulado através da ideologia imperial, de integrar essa elite dentro de uma cultura de classe governante de todo o império. A elite conquistada agora pertencia a elite governante assíria, mesmo que como segunda classe. Eles eram legalmente reconhecidos como governantes de seu território sob o patrocínio do rei assírio, e eles se tornavam representantes do domínio assírio e dos valores e ideologias imperiais. Povos subjugados e seus governantes que eram submissos e continuavam a ser obedientes eram celebrados por suas virtudes morais e por agirem “como assírios”. A ideologia subjacente ao clientelismo articulava um relacionamento entre a Assíria e o corpo político subjugado que posicionava este último em um posto inferior a Assíria, ao mesmo tempo em que trazia a elite governante para uma associação com o rei assírio e as estruturas imperiais de domínio.

A provincianização também pode ser enxergada de maneira similar. Ela reforçava sim o status do território como algo consideravelmente menor que a Assíria propriamente dita, como Mann indica (pelo menos no sentido de ser um território sofrendo da necessidade de ter um governador assírio para instaurar ordem), mas ela também integrava o território e a população para mais próximo da Assíria, espalhando a ideia de Assíria para além das fronteiras das províncias pátrias. Isso é mais claramente observável nas províncias ao leste da curva do Eufrates, mas é discutivelmente também para as províncias da Sírio-Palestina. Provincianização em particular fazia com que os povos e

os territórios se tornassem “assírios”, mesmo que essa “Assíria” pudesse ser distinguida da pátria mãe em alguns sentidos.

Isso coloca em evidência o problema do tipo de corpo político que os assírios estavam formando. Impérios anteriores impusera, ideologias político-religiosas para legitimar a subjugação de territórios vizinhos. Porém eu acredito que tenha existido antes dos assírios uma tentativa de articular uma ideologia imperial que buscasse integrar os Estados subjugados a visão de mundo da classe dominante e então, se necessário, mudar onde eles “se encaixavam” nessa visão de mundo (indo de cliente para província). A ideologia imperial assíria era difundida por todo o império e deve ser enxergada como um método inovador de integração de império, expressando poder, e mantendo o controle. Nós podemos querer traçar uma distinção entre a identidade étnica e nacional assíria e uma identidade imperial assíria, mesmo que as duas sejam obviamente relacionadas. Todos os territórios e povos subjugados encontraram um espaço nessa última, seja na categoria administrativa de cliente, seja na de província. Tais pessoas podem não ter tido lugar na Assíria étnica ou nacional, mas essa questão necessita de mais pesquisa.